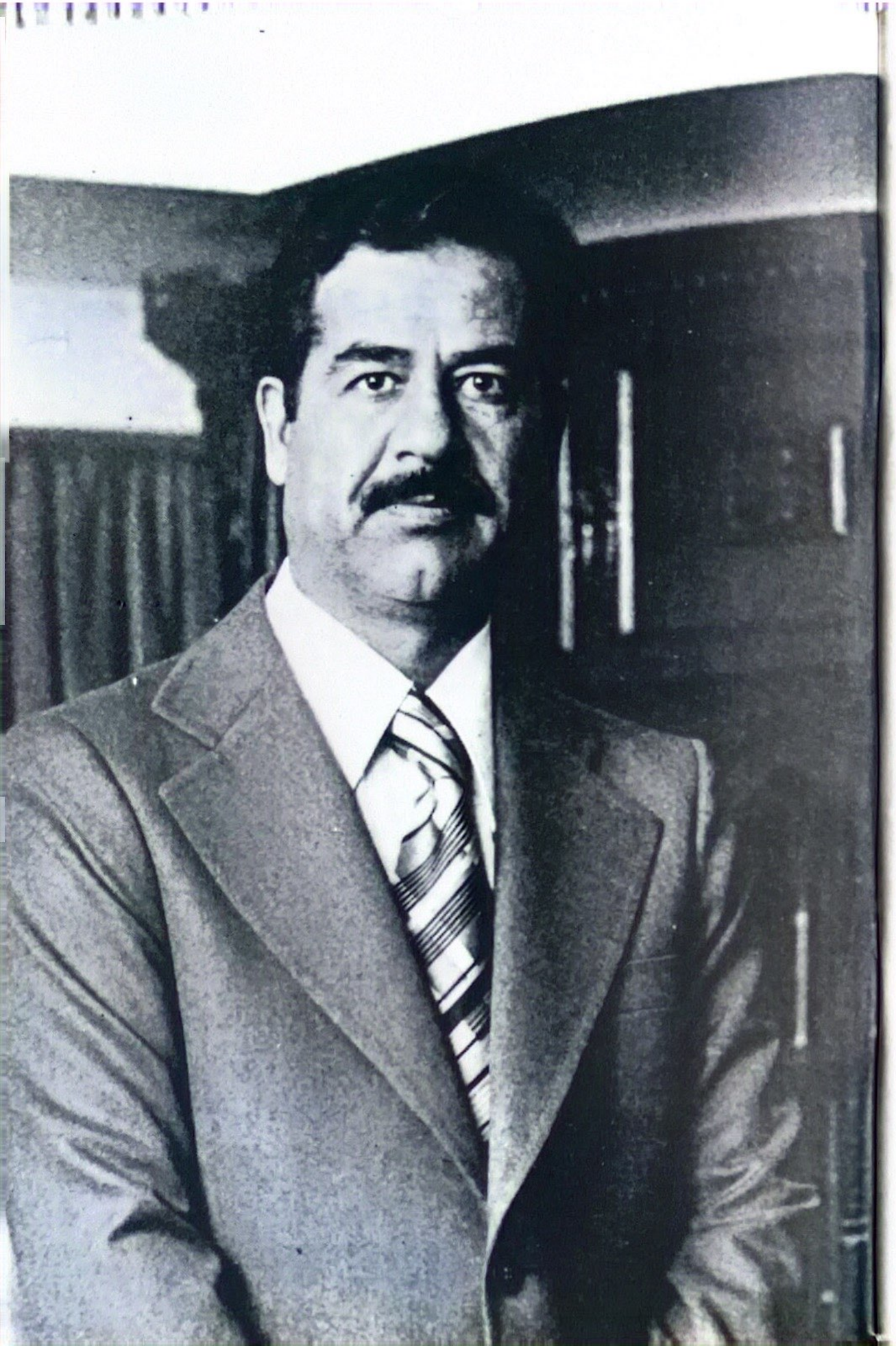
SADDAM HUSSEIN

O IRAQUE E A POLÍTICA INTERNACIONAL



SADDAM HUSSEIN

O IRAQUE E A POLÍTICA INTERNACIONAL

SADDAM HUSSEIN

O IRAQUE E A POLÍTICA INTERNACIONAL

Publicado por
Dar al-Ma'mun para Tradução e Publicação
Bagdad, 1982

PREFÁCIO

No fim dos anos trinta e no começo dos anos quarenta, o Partido Socialista Árabe Ba'th procurava formular, em linhas largas, a sua ideologia. Quando foi oficialmente fundado em Abril de 1947, o Partido tinha quase firmado a sua própria teoria.

Contudo, o Partido Ba'th, desde que assumiu o poder no Iraque, após a Revolução de 17-30 de Julho de 1968, lançou-se no enriquecimento da sua própria teoria. Isto era absolutamente necessário para satisfazer as novas circunstâncias e necessidades, colocadas por uma nova fase do seu longo processo de luta.

Enquanto as perspectivas de progresso em direcção aos objectivos desejados se tornavam cada vez mais brilhantes, novas tarefas vitalmente importantes relacionadas com a aplicação do próprio programa do Partido, começaram a emergir.

Estas considerações exprimem com clareza a importância dos discursos do Presidente Saddam Hussein publicados neste livro, sobre a política internacional do Governo Revolucionário do Iraque.

1

O POTENCIAL NACIONAL E A POLÍTICA INTERNACIONAL

Declaração de Saddam Hussein aos Embaixadores Iraquianos na Europa e Japão 12 de Junho de 1975

Irmãos,

Todos os comportamentos e acções têm de estar ligados a um objectivo claro. Isto aplica-se tanto aos principais teóricos como aos principais executantes. O valor de um objectivo claro reside não só em orientar a vontade dos que planeiam mas também em imaginar novos meios e fórmulas para a sua execução. Quanto mais claro for o objectivo, mais fácil será para o embaixador ou qualquer funcionário que se situe abaixo do nível de planeamento e supervisão, escolher as fórmulas melhores e mais fáceis para alcançar o objectivo. Continuaremos a necessitar grandemente das vossas opiniões e sugestões, tal como o «quartel-general» está sempre a aguardar a chegada das observações feitas pelas «linhas da frente». Isto aplica-se tanto à acção política, como às operações militares e a outros tipos de actividade.

Uma das condições mais essenciais para conseguir uma decisão favorável, é a disponibilidade de informação rigorosa sobre o assunto. Por isso, quando o quartel-general ou o comando da rectaguarda têm de tomar uma decisão, devem confiar na informação fornecida pelas linhas da frente ou pelos postos de observação, como lhes chamam nas forças armadas. Se este procedimento é permitido ou mesmo exigido, então, dos operadores em todos os outros campos vitais, como os embaixadores, poderá esperar-se que transmitam não apenas as suas observações, mas que façam também a análise prelimi-

nar. Às suas observações sobre qualquer evolução, deverão acrescentar uma análise adequada, deduções e sugestões. Devem também indicar o seu âmbito, o seu relacionamento com as condições sociais e a política internacional do país em questão. Outros desenvolvimentos ou factos fora desta esfera, devem ser também salientados e as conclusões e sugestões finais devem ser formuladas e comunicadas à liderança ou à autoridade respectiva, para fins de acção. Não hesitem, pensando que qualquer informação, opiniões e análises não sejam necessárias no centro, porque este tem melhor informação à sua disposição. O cérebro do comando e do quartel-general não podem funcionar sem os olhos e os cérebros daqueles que se encontram nas linhas da frente. Espera-se que cada membro da comunidade ou membro do aparelho de estado, use a sua posição para enriquecimento da experiência da Revolução, com tudo o que é válido, de modo que a realização final da marcha vitoriosa ao longo e através das suas várias fases e tarefas, seja a soma total das opiniões, experiências e acções de todos os sectores do estado e da sociedade, orientados pelo Partido.

Além disso, a mente da liderança não pode estar consciente, capaz e ter sucesso, sem uma acção recíproca deste género, a todos os níveis da administração. A mente do alto comando, poderá não abarcar uma grande parte daquilo que é fàcilmente assinalável pelo comando e pelos postos de observação das linhas da frente.

Os departamentos responsáveis pela política, quaisquer que sejam as categorias do seu pessoal, contam com duas categorias fundamentais: a categoria dos pensadores e teóricos estratégicos e a categoria que está directamente ligada à sociedade e ao ambiente. Portanto, os teóricos políticos devem manter-se sempre em contacto com estas duas categorias, os pensadores e os analistas, e os que estão envolvidos com a sociedade de uma maneira directa e particularizada. Qualquer fenómeno ou circunstância identificada com a última categoria, por mais ingénua e pouco convincente que seja descrita, deve ser examinada e tomada a respectiva acção. Compete-nos a nós, encontrar adequados meios de persuasão e métodos de aproximação, conducentes ao sucesso no nosso trabalho.

Não basta que o Estado do Iraque tome decisões correctas de acordo com o nosso objectivo e os nossos cálculos científicos. É também necessário desenvolver e manter os elos psicológicos positivos com o povo Árabe e a ponte de confiança mútua entre nós próprios e alguns círculos internacionais, cujas opiniões sobre as decisões adoptadas têm para nós enorme significado. Assim, sempre que tal for possível, as nossas decisões têm de ser razoáveis, lógicas e convincentes, aos olhos daqueles círculos. Independentemente do tamanho e do peso dos factores, que nos impelem a tomar a decisão de acordo com as nossas próprias impressões e convicções, os factores adicionais podem desempenhar uma função, no que respeita à oportunidade e anúncio da decisão. Como estes factores que mencionei desempenham as suas funções nos dois pontos importantes, oportunidade e anúncio, eles constituem um elemento essencial nos nossos cálculos gerais e na adopção da decisão, de maneira a que se atinja a máxima eficácia em alcançar o alvo.

Esta é uma breve introdução, que é indispensável antes de tratarmos da questão dos objectivos. Mas quais são os nossos objectivos?

Nesta fase, os nossos objectivos estão definidos no Relatório Político do 8.º Congresso do Partido. Eles orientam o nosso trabalho onde quer que estejamos. Por isso, não vou falar nesse aspecto da questão. Assim, discutiremos os pormenores relacionados com os grandes objectivos declarados e estabelecidos no relatório político. Por exemplo, como acompanhar os acontecimentos na Europa? Quais são os desenvolvimentos Europeus sobre os quais nos devemos concentrar e manter-nos vigilantes?

Desnecessário será dizer que devemos manter boas relações com todos os países, mas não é este género de generalização para o qual gostaríamos de chamar a vossa atenção. O que queremos salientar é a extensão, o tipo, a direcção e o propósito do relacionamento. Estes elementos estão ligados a duas questões: primeiro, interesses comuns, nível e direcção

do ponto de contacto ou de acção recíproca das estratégias. Em segundo lugar, a perspectiva do nosso futuro e do seu desenvolvimento no âmbito da comunidade internacional e da área em que vivemos, por um lado e, por outro, a perspectiva do futuro do país ou países que constituem a outra parte do relacionamento, os seus próprios desenvolvimentos e influências no âmbito da comunidade internacional.

É como nós começámos por definir as dimensões e tendências do nosso relacionamento com a França, Alemanha Ocidental, Suécia, Japão e outros estados.

Todos vós observais e vigiais o que se passa no mundo, quer através dos meios da informação ou por outros canais, e verificam que o movimento do mundo aumenta de velocidade; falando politicamente e não em termos de astronomia, a terra está girando mais rápido que o costume.

O mundo, com os seus principais centros de política internacional, está agora a ser modificado de uma maneira diferente e a um ritmo mais rápido que o anterior. De certo modo é idêntica à mutação política que ocorreu durante e após a 2.ª Guerra Mundial, embora diferente em muitas das formas que assume e mais dinâmica e compreensível.

Enquanto o mundo com os seus principais factores que influenciam a política internacional estiver a ser modificado e não alcançar a sua forma final dentro de um período específico, os mesmos factores continuarão a influenciar o movimento, objectivos e instrumentos da política mundial durante muito tempo.

Uma vez que admitimos ter a política mundial entrado numa nova fase formativa, devemos então intensificar os nossos esforços e aumentar o nosso potencial de planeamento e execução, para consolidar a nossa posição e reforçar o nosso papel neste mundo, na altura e no lugar da nossa escolha. É isto que nos tornará eficazes e consequentes, em certa medida, nos principais factores que influenciam a política internacional e a direcção do processo, agora e no futuro. Mas quando não desempenhamos correctamente o nosso papel, podemos fàcilmente perder aquelas partes e áreas do globo que pretendíamos influenciar e onde não voltaremos a ter nova

oportunidade durante muito tempo. Podemos assim desperdiçar uma grande oportunidade de desempenhar um papel eficaz naquele processo.

Todos participam no processo de mutação da política internacional, como elementos básicos ou como catalizadores, cada um com o seu ponto de vista e de acordo com as suas próprias possibilidades e potencial. Na nossa maneira de ver, o próximo período de vinte anos será testemunha do aparecimento, além dos actuais dois centros de polarização, de centros de poder e polarização com influência política ao mais alto nível.

Parece-nos que a China se tornará um grande centro de influência e polarização. A Europa, com a França a liderar, irá tornar-se um eixo separado dos Estados Unidos. Uma vez que decida a entrar sériamente no campo de produção das armas estratégicas, a nível internacional, o Japão desempenhará um importante papel no processo de desenvolvimento do Sudoeste da Ásia. Neste período, tendo isto em vista, devemos estabelecer a base das nossas negociações com o mundo exterior, de acordo com aquilo que se pode visionar e não simplesmente com a realidade existente. É com este pressuposto que devemos planear as linhas gerais básicas das nossas políticas perante cada centro de formação principal, quer os actualmente existentes ou os que venham a emergir no futuro.

Não contemplamos este pedaço de terra, aqui no Iraque, como o limite derradeiro da nossa luta. É parte de uma área maior e objectivos mais amplos: a área da pátria Árabe e dos objectivos da luta Árabe. Nós vemos o nosso povo Iraquiano de doze milhões, como parte de um povo de 140 milhões. Olhamos para as actuais divisões como um estado anti-natural que só a unidade poderá terminar. Desta vez o trabalho em prol da unidade não deve ignorar dois factores fundamentais: em primeiro lugar, o factor económico com a sua própria dinâmica e funções, os quais afectam o objectivo da unidade, e em segundo lugar, a acção recíproca entre a nossa luta Pan-Árabe e as tendências e mudanças da política internacional.

O primeiro factor reside nas responsabilidades de liderança e instituições dentro do Iraque, as quais devem prosseguir uma política Pan-Árabe como um rumo prático de acção. O Partido tem a obrigação de avaliar a relevância deste factor em termos Pan-Árabes e tomá-lo em consideração de modo sério e eficaz, nos seus cálculos ideológicos e políticos. A realização de um estado de inter-dependência na economia Árabe, por meios apropriados, é um requisito essencial para fazer com que o cidadão na Argélia, por exemplo, sinta que tem algum interesse no Iraque, como resultado de um mais extenso relacionamento entre a economia do Iraque e a economia da Argélia. Similarmente, o cidadão Iraquiano teria a certeza de que possui interesses na Argélia. Isto completará as considerações de princípio da luta pela unidade, que penetrarão nas políticas económicas do Iraque, através da influência mútua e de acções recíprocas das políticas económicas da pátria Árabe.

Na nossa luta Pan-Árabe não devemos pensar que a unidade Árabe não terá de enfrentar obstáculos excepcionais. Não devemos passar em claro a relevância de uma convergência de estratégias e de certos interesses, que de uma forma ou outra, surgirão entre alguns importantes centros de polarização, por um lado, e a nossa luta pela unidade, por outro.

Se tais centros de polarização são hostis à nossa acção unionista, podemos imaginar que as suas atitudes não afectarão, desfavoràvelmente, a luta Pan-Árabe? Assim como salientamos o papel decisivo da vontade Pan-Árabe e nacional, não devemos enganar-nos a nós próprios negligenciando a importância e natureza fundamental de factores internacionais, e a sua influência sobre a luta unionista e sobre a soma total da nossa luta Pan-Árabe e nacional. Assim, devemos esforçar-nos com determinação, como Árabes e Iraquianos — dentro da Nação Árabe — e não deixar isso apenas ao tempo e aos seus efeitos. É preciso que tenhamos a nossa parte no próximo processo de formação do mundo e que a orientemos numa direcção que faça dissuadir importantes centros de polarização, de se oporem estrategicamente à luta unionista, estando esta ou não na fase de realização ou preparação das condições

básicas para a unidade, por ser incompatível com a sua política geral e os seus objectivos globais. Uma consideração desta ordem coloca nos nossos ombros novas tarefas, para se poder conquistar maior apoio de alguns dos actuais, ou futuros centros de polarização. À luz de tudo isto, é também nosso dever encarar a multiplicação de tais centros como compatível com a nossa luta Pan-Árabe e nacional. Logo que haja muitos centros de polarização no mundo, ficam maiores as nossas oportunidades de manobra e acção na política internacional, e sempre que tais centros se tornem menores em número e maiores em concentração, podemos ser hostilizados. É melhor que as nossas questões fundamentais sejam enfrentadas por dez centros diferentes incluindo nós próprios, do que o serem por dois ou três, quer estejamos ou não com eles. Especialmente quando eles, e não nós, têm a palavra final e decisiva em matérias importantes de política e quando se encontram, claramente, em posição diametralmente oposta aos nossos interesses. É necessário, por exemplo, que os influentes defensores da unidade Europeia compreendam que não existe contradição ou oposição, entre a unidade da pátria Árabe e uma unidade da Europa, livre do imperialismo e colonialismo. Será ainda melhor se pudermos encontrar elos comuns de legítimo interesse — cuidadosamente ponderados, política e ideologicamente — que apoiem esta aproximação. Portanto, e como resultado de várias outras considerações, temos estado determinados a conceder tratamento especial ao nosso relacionamento com a França. É nossa opinião que a França desempenhará um papel central, ou talvez um papel decisivo, na unidade da Europa.

Falando sobre o sentido da nossa influência, perante o centro de polarização Europeu, não devemos ignorar o papel da China na política internacional. Este papel não atingiu ainda a apropriada magnitude por muitas e bem conhecidas razões, incluindo o atraso técnico da China em comparação com os Estados Unidos, a União Soviética, Japão e alguns países da Europa Ocidental. Esta situação está destinada a sofrer uma alteração drástica nos próximos anos. Alguns estados Europeus, e talvez também o Japão, vão desempenhar uma fun-

ção importante no desenvolvimento técnico da China, dentro de certos limites específicos. Por esta razão, e também por vários outros factores, a China conquistará um papel principal na política internacional. De acordo com declarações dos seus líderes, a China parece ser um dos países mais compreensivos quanto à nossa luta Pan-Árabe contra a entidade Sionista e quanto à unidade Árabe. Mas é preciso que reconheçamos a extensão dos efeitos do conflito Sino-Soviético. Devemos esperar que o futuro desenvolvimento das políticas e das relações internacionais da China, tornem este país mais cauteloso nas suas atitudes e afirmações sobre o conflito Árabe-Sionista e a unidade Árabe, especialmente quando a China se tornar um dos principais centros de polarização e com responsabilidades definidas por tais atitudes. Outros centros de polarização exercerão influência política mútua, com resultados negativos ou positivos. Tomemos os Soviéticos, como exemplo. O que os Franceses costumavam dizer e fazer há cinco anos, já hoje não é o mesmo. Há desenvolvimentos significativos nas atitudes de muitos países por várias razões.

Se tem de haver muitos centros de polarização, temos de nos limitar a um centro apenas, e esquecer os outros. Temos de demonstrar o nosso peso em centros específicos, através de interesses mútuos ou através da convergência de estratégias, ou ambas as coisas, porque não podemos demonstrar o mesmo peso e a mesma força em todos os centros de polarização. Se a China se tornar substancialmente mais eficaz na política internacional, o ponto de vista do centro Soviético será inevitavelmente afectado, através do conflito ideológico Sino-Soviético e através da luta dos dois países pela influência ideológica e política, na nossa área e no mundo inteiro. Indubitavelmente, a posição Soviética influenciará a posição Chinesa e será influenciada por esta. Tudo isto se reflectirá nas relações Árabe-Soviéticas e nas relações Árabe-Chinesas.

Quanto ao Japão, já mencionámos que tem um papel influente a desempenhar no processo de formação do Sudoeste da Ásia. Este papel será maior logo que o Japão decida entrar no campo do fabrico, em larga escala, de certas armas estratégicas. Não há qualquer dúvida que, uma vez que se

decida a fazê-lo, em muito poucos anos o Japão alcançará um elevado nível de desenvolvimento, na área dos armamentos, quer na electrónica como no campo nuclear.

COMO ARMAS E ARMAMENTOS SÃO VISTOS NA POLÍTICA INTERNACIONAL

Cremos que nenhum país com problemas graves e que importa as suas armas, pode proclamar que é absolutamente independente quanto a muitas manobras políticas e suas exigências práticas. Temos de estar completamente conscientes do peso decisivo de dois factores inter-dependentes com os seus próprios efeitos políticos mútuos: uma base económica sólida e uma capacidade militar efectiva. Uma capacidade militar seriamente eficiente não pode obter-se sem uma base económica sólida, além de outros factores. Há por exemplo certos factores essenciais na maneira de ser da China, que condicionam a sua considerável influência na política internacional. Uma vez livre das garras Americanas, que sufocam o seu desejo de se armar e exprimir as suas características nacionais, o Japão será também capaz de desempenhar um papel importante. Uma das principais razões que poderá conduzir o Japão ao armamento em larga escala, é a necessidade de manter as suas linhas de comunicação, uma vez que importa tudo o que é necessário para as suas indústrias, incluindo combustíveis e matérias-primas, além de outros desenvolvimentos e considerações relativos à situação internacional. O processo de mudança da política internacional, incluindo o que acontece no Sudoeste da Ásia e o aparecimento da China com o seu peso adicional, além da influência Soviética na área, tornará possível, com alguma flexibilidade e poder de manobra por parte de muitos países — incluindo o próprio Japão — reduzir a influência e a pressão dos Estados Unidos sobre o Japão nos anos próximos. É isto que temos de considerar nos nossos contactos com o Japão e estados do Sudoeste Asiático, especialmente aqueles que foram recentemente libertados. Relacionamentos deste tipo adquirem significado es-

pecial, com vista às crescentes políticas de solidariedade e de coordenação no continente.

Pedem-nos para influenciar efectivamente o curso das políticas Árabes, de acordo com a nossa concepção. Seria extremamente importante e valioso para o futuro, se os Árabes demonstrassem a sua capacidade de se unirem, pelo menos a nível mínimo, em políticas e atitudes, influenciando assim, o processo da política internacional. Mas se nos apresentamos divididos para confrontar este processo, a nossa capacidade de influência não terá o mesmo valor ou as direcções desejadas.

NEGOCIANDO COM OS CENTROS DE POLARIZAÇÃO

Já mencionei que haverá novos centros de polarização. Além dos dois centros cruciais, da União Soviética e dos Estados Unidos, haverá outros que estão ainda na fase de formação, esforçando-se por alcançar o nível dos dois outros centros. Se conseguirmos desempenhar um papel efectivo neste processo, isso reflectir-se-á na nossa luta pela unidade Árabe e na nossa relação com os futuros centros de polarização em questão. Portanto a nossa vontade tem de desempenhar alguma função neste processo. Não devemos permanecer longe dele ou ficar estáticos aguardando o seu desfecho, para só depois negociarmos com os novos centros, de acordo com políticas especiais.

Por outro lado, não devemos negociar com todos os centros de polarização da mesma maneira e ao mesmo grau. A nossa política geral deve definir a extensão dos nossos contactos com os centros de polarização da Europa. A nossa maneira de negociar com a França, por exemplo, será diferente daquela com a Alemanha Ocidental, e as nossas negociações com a Itália têm de diferir daquelas com a Inglaterra. Não basta negociar com todos os elementos dos centros de polarização em geral, mas temos de seleccionar os elementos mais importantes e sobre estes concentrar-nos mais completamente,

em função do grau, extensão e direcção do relacionamento. É isto que faz as nossas relações com a União Soviética, diferentes das que temos com os Estados Unidos, e as nossas relações com a União Soviética diferentes das que temos com a Polónia. Similarmente, as nossas relações com a França não são as mesmas que com a Inglaterra, e assim por diante.

Há três ou quatro dias, tivemos uma reunião com o comité da Frente Nacional Progressista Pan-Árabe, durante a qual eu disse francamente:

«A flexibilidade que necessitamos de possuir em parte das nossas actividades na política estrangeira, em relação a Árabes ou não-Árabes, não deve estender-se ao nosso próprio país e demolir as fundações sociais, económicas, psicológicas e políticas da Revolução. Estas fundações devem continuar a crescer e a funcionar como uma fonte de iluminação de alta voltagem para alcançar os nossos objectivos. Enquanto agimos com flexibilidade nas nossas políticas Árabes e internacionais, temos de reforçar e reabastecer os princípios e as suas reflexões práticas sobre a realidade socio-económica e política do Iraque, para que se torne um modelo eficaz, esclarecido e influente».

Neste local, no Iraque, a acção política tem de estar extremamente vigilante contra as forças e interesses da reacção, e os elementos e movimentos hostis à nossa independência e à nossa maneira revolucionária de mudar a sociedade. Essa visão equilibrada não é contraditória entre a nossa flexibilidade na política estrangeira e a coordenação do processo para fazer que o nosso modelo de nova construção seja revolucionário, fortalecido e esclarecedor. Cremos que o velho estilo de informação usado por Ahmad Said * com as suas calúnias, ataques e denúncias, tem de ser abandonado. Aqueles que agora atacamos, ou que nos atacam, são governos, como nós. Dizer que os nossos princípios são melhores que os deles, não é a aproximação mais útil. Isso teremos de prová-lo nas políticas prosseguidas pelo governo. É nosso dever reforçar, por todos

* Director nos anos 50 e 60, da estação de rádio do Egípto, Voz dos Árabes.

os métodos possíveis, os meios de comunicações dentro da pátria Árabe, e apoiar a interdependência da economia Árabe. Verificaremos então que já não é possível isolar qualquer experiência na pátria Árabe, seja esta um sucesso ou um fracasso, ou evitar a sua penetração e influência. Os cidadãos Árabes, seja na Argélia, Marrocos, ou Iraque, não podem nunca ser mantidos isolados dela. Se a experiência tiver um poder de iluminação de longo alcance, a sua luz acabará por atingir os seus alvos. Os cidadãos Árabes poderão então ser capazes de comparar e escolher de acordo com as suas convicções. É assim que o nosso modelo será decisivo fora das nossas fronteiras, graças também ao esforço das filiais Pan-Árabes do nosso Partido, na educação e no esclarecimento. Mas se o modelo adoptado no Yemen do Norte for melhor que o nosso modelo, a sua influência alcançará o Iraque, mesmo que o Yemen do Norte se mantenha calmo e se abstenha de atacar-nos à maneira antiga. Esta discussão não exclui a importância da informação e propaganda, apresentada premeditadamente e serenamente. O que eu pretendo, é chamar a atenção para o engano e perigo, de uma informação estridente e uma propaganda demagógica.

OS EFEITOS DA DERROTA AMERICANA NO SUDOESTE DA ÁSIA

Por mais árduos que sejam os esforços dos Estados Unidos para tentar limitar os efeitos das reacções psicológicas à sua derrota no Sudoeste da Ásia, muitos destes efeitos negativos permanecerão e influenciarão o curso das políticas internacionais incluindo as da Europa Ocidental e do Japão. De qualquer modo, temos de reconhecer uma série de factos. Os Estados Unidos não foram expulsos por métodos convencionais. Se o quizessem, poderiam ter permanecido mais tempo no Sudoeste da Ásia e continuado a suportar as perdas locais e internacionais. Mas os Estados Unidos compreenderam que, por mais tempo que ali continuassem, mais cedo ou mais tarde seriam expulsos e decidiram por isso encurtar o tempo

antes que isso acontecesse. Esta decisão desempenhou um papel especial no eventual processo de expulsão que teve lugar no Sudoeste da Ásia. Foi tomada para que os EUA não perdessem a oportunidade de se concentrarem com intensidade especial em outras áreas mais vitais para a sua estratégia global. Uma dessas áreas, que requere um esforço e concentração excepcionais, é a nossa área — o Médio Oriente. A região Árabe ocupa um lugar excepcional dentro daquela área.

Outro factor crucial na expulsão dos Estados Unidos do Sudoeste da Ásia, foi a vontade do povo do Vietnam. Há também outros factores, como a ajuda e o apoio substancial concedidos ao Vietcong pela China e União Soviética, cada uma conforme a sua capacidade e circunstâncias.

Além disso, os Estados Unidos calcularam e acreditaram que a sua partida naquela altura poderia ajudar a acentuar os problemas entre a União Soviética e a China, por um lado, e entre o Vietnam e estas duas potências, por outro.

O que exige atenção especial nos nossos cálculos políticos é a questão da segurança Europeia, o receio na Europa Ocidental da ameaça da União Soviética, o efeito deste receio na aliança EUA-Europa e o seu reflexo no grau da influência dos EUA na política internacional.

A Europa está sempre mais ansiosa àcerca das concentrações militares do Pacto de Varsóvia e do provável desdobramento das armas convencionais das potências do Pacto de Varsóvia, do que àcerca do uso de armas atómicas nos tempos presentes. De acordo com as estimativas da Europa Ocidental, os membros do Pacto de Varsóvia são capazes de arrastar a Europa Ocidental, ou uma parte importante desta, com as forças convencionais desdobradas ao longo das suas fronteiras, com a vantagem da superioridade, em número e por vezes em qualidade, sobre as forças convencionais dos estados Europeus oponentes. Há duas aspirações diferentes envolvidas na questão da segurança Europeia, cada uma com as suas próprias razões segundo certas tendências: a aspiração da Europa Ocidental de se livrar do espectro ameaçador do Pacto de Varsóvia e adquirir uma certa medida de estabilidade, assim como liberdade para desenvolver o seu destino, livre das gar-

ras Americanas; e a aspiração da União Soviética de *libertar* as suas forças, para a confrontação com a China e para outros compromissos internacionais.

O que se diz quanto aos Estados Unidos terem reconsiderado a sua posição política perante o Médio Oriente, está correcto, mas a reavaliação da sua política do Médio Oriente não afecta os alvos desta política. Está, antes, preocupada com o melhor método possível para alcançar estes objectivos. A essência da política imperialista dos Estados Unidos e do seu apoio à entidade Sionista na nossa pátria, continua ainda sem alteração. O facto básico adicional da nova política da América, é reforçar as suas garras sobre o petróleo do Médio Oriente, ao serviço dos seus interesses. A aliança da Europa e do Japão com os Estados Unidos, continua baseada na sua necessidade realista de abastecimento de petróleo, o que é garantido pela política dos EUA, além de outros factores. Foram os Estados Unidos que, após a 2.ª Guerra Mundial, desempenharam um papel decisivo na expulsão dos europeus de muitos campos ricos de petróleo, e minaram o carácter unilateral das políticas Europeias no Médio Oriente. Assim, a Europa foi afugentada do Irão e da Arábia Saudita, enquanto os Estados Unidos se lhe juntavam noutras áreas e em larga escala.

O petróleo para os Estados Unidos, deixou de ser uma questão de desejo de auto-suficiência e de salvaguarda de um material estratégico, bem como uma forma de obter lucros apenas pela exploração. Tornou-se um elemento decisivo nas políticas globais Americanas, com especial efeito nas suas relações com a Europa Ocidental e o Japão. Daí os Estados Unidos não se encontrarem satisfeitos com o actual «status quo», pelo que tentarão reduzir a influência da Europa, nos negócios de petróleo desta área e substituí-la pela sua própria.

A América e alguns estados Europeus terão a parte de leão no petróleo (*) da Arábia Saudita, Kuwait e outros países, o que não acontece com o petróleo libertado do Iraque, o

(*) i.e. petróleo no qual as companhias estrangeiras ainda têm uma quota na produção.

qual podemos vender de harmonia com as nossas políticas e os nossos interesses. Aquela parte de leão será objecto de contratos a longo prazo ou de controlos económicos e políticos com esse mesmo fim.

Os Estados Unidos e alguns países da Europa Ocidental terão quotas específicas, na proporção da sua influência sobre os governos dos estados produtores de petróleo, e isto afectará as relações entre os Estados Unidos e a Europa. Afectará também as alianças que reforçam as garras Americanas sobre a Europa e o Japão, de uma maneira que venha a consolidar a posição e influência dos EUA na política mundial.

Ao discutir política internacional, não devemos esquecer o facto básico e decisivo, nomeadamente, a vontade dos povos. Há duas maneiras de abordar a política internacional: a primeira ignora o efeito desta política sobre a luta Pan-Árabe e nacional, o que está errado, e a segunda transforma o destino da nossa luta Pan-Árabe e nacional em prisioneira da política internacional, o que é um desvio. Primeiro que tudo, a vontade do povo tem um papel decisivo na direcção fundamental das políticas mundiais e acima de todos os outros factores. Se a balança pender ocasionalmente na outra direcção, em certas circunstâncias e casos, isso não deve ser tomado como regra geral. Nesse caso, os efeitos da posição Americana na área devem ser examinados. A questão sobre o que o futuro trará, é uma questão na qual a vontade do povo desempenha um papel crucial. Pode ser que o futuro favoreça os Estados Unidos por algum tempo, mas num período de tempo mais longo, o futuro acabará por favorecer os povos. Mesmo dentro de uma perspectiva limitada, poderá haver algumas surpresas que farão a balança pender a favor da luta Árabe, como aconteceu em certos episódios da Guerra de Outubro e depois disso.

Tornou-se evidente que o envolvimento da América numa área de conflito, como parte hostil à vontade dos povos, através de formas convencionais imperialistas, transformará esta vontade num sentimento anti-Americano, independentemente das fortes garras da América sobre os seus aliados locais, os regimes reaccionários. Logo após a Guerra de Outubro de

1973, apelamos para o uso do petróleo como uma arma de batalha, mas os estados Árabes do petróleo rejeitaram primeiro a ideia e depois adoptaram-na parcialmente dez dias mais tarde. O que é que os fez assumir essa posição? Não foi para satisfação pessoal de muitos dos governantes, mas antes pelo grande embaraço que sentiram, como resultado da nossa decisão de nacionalizar as quotas Americanas e Holandesas na Companhia de Petróleos de Basra e o súbito despertar da pressão do nosso povo Árabe, naquela direcção.

Após aquela experiência, os Estados Unidos não mais poderão ficar seguros de que não ocorrerão reacções consideráveis neste campo, se outra guerra rebentar entre os Árabes e a entidade Sionista. Este é um dos factores de pressão sobre a América, fazendo que esta procure armazenar a questão no frigorifico, pelo menos durante algum tempo. O povo Árabe movimenta-se e exige dos seus governos a nacionalização do petróleo, onde este não esteja ainda nacionalizado. No entanto, é difícil para o povo agir com vigor e exigir o cancelamento de contratos de compra a longo prazo, ou de acordos com fórmulas técnicas complexas que requerem um conhecimento e uma habilidade especiais para compreender o seu carácter desviacionista. Por isso, certas companhias monopolistas desejam rever as suas concessões e substituí-las por contratos de compra a longo prazo, ou outras formas de acordo que praticamente lhe concedem a maior parte das vantagens dos acordos de concessão, poupando contudo as potências imperialistas a quaisquer surpresas políticas que possam causar prejuizo aos seus interesses e políticas em geral, e às suas políticas de petróleo em particular. Tudo isto está acontecendo à luz do desenvolvimento da nova política de petróleo na qual o Iraque desempenha um papel importante nesta parte vital do mundo.

A AGÊNCIA DE ENERGIA INTERNACIONAL (IEA)

A França está a beneficiar em dois aspectos das resoluções desta Agência, nomeadamente a redução de preços e a obtenção de fontes de energia, devido às pressões e políticas

desta Agência contra os estados produtores de petróleo. A França está também beneficiando da sua oposição a esta Agência, ao estabelecer relações positivas com os países produtores. A decisão Francesa de não solicitar a filiação nesta Agência não implica uma política contrária às principais tendências das suas políticas, mas antes um protesto contra a mesma por estar minando a posição da França nas suas negociações com o Terceiro Mundo, incluindo os estados produtores de petróleo; além das considerações de independência na política Francesa.

É esta a nossa avaliação da decisão Francesa de não se filiar na IEA. No entanto, embora compreendamos os motivos que estão por trás desta decisão, temos de nos referir à mesma de modo a não levantar obstáculos ao esforço da França em tornar-se num outro centro de influência na política internacional do petróleo, que encontrará no facto de poder negociar em pé de igualdade com os países produtores, um sólido argumento para a obtenção de interesses legítimos. Devemos esforçar-nos para ajudar este centro a adquirir, de uma forma ou outra, a sua própria distinção, de modo a não confundir com os desígnios da agência de energia liderada pelos Estados Unidos. É esta a razão por termos acedido ao convite Francês para a reunião dos estados produtores e consumidores de petróleo, ou do que é chamado o diálogo Norte-Sul, para debater as questões de energia, matérias primas, transferência de tecnologia e outras questões obviamente importantes. Discutimos este assunto com os Franceses e dissemos-lhes que nos recusamos a tratar apenas da questão da energia, mas que teríamos de associá-la à questão das matérias primas por forma a reabrir a discussão sobre toda a economia mundial e as causas da sua deterioração, incluindo a situação monetária internacional, o seu eficaz tratamento e a questão da transferência de tecnologia para os países do Terceiro Mundo. Continuamos a fazer pressão sobre este ponto durante a Conferência de Argel (*).

(*) Conferência dos chefes de estado das nações em desenvolvimento realizada em Argel em Fevereiro de 1975.

É sabido que a desintegração da NATO estimulará a América a procurar outros planos para reforçar este pacto. Um desses planos é a IEA. Os Estados Unidos exploraram as circunstâncias, como já expliquei, da subida dos preços mais as manias associadas daquele tempo. Fomos contra essa mania a respeito dos preços e exprimimos a nossa opinião por escrito e verbalmente. O Iraque foi o primeiro país do mundo a advertir contra esse modo precipitado de aumentar loucamente os preços. Este país advertiu que aumentar os preços dessa maneira e dentro daquele espaço de tempo serviria a política da América e reforçaria o seu centro de polarização, consolidando o seu relacionamento com os países da Europa Ocidental e o Japão, que vieram a sofrer com este súbito e violento aumento de preços. Na verdade, outros países do Terceiro Mundo poderão seguir o mesmo caminho. Além disso, o aumento de preços dentro das linhas que criticamos estava destinado a permitir que os Estados Unidos pudessem exportar muitos dos aspectos negativos da situação, incluindo a inflação, para a Europa e por diversos meios.

O presente domínio dos Estados Unidos deve a sua força aos factores políticos que afectam as linhas principais das políticas Europeias. O factor principal é o conflito global Sovieto-Americano e as duas opostas coberturas do poder. A Americana cobre a Europa Ocidental, por razões óbvias. Além disso, a Europa ou certas partes importantes da mesma, têm as suas próprias justificações económicas para a ligação com os Estados Unidos, incluindo a ajuda que estes lhes prestam bem como a presença do polvo Americano, sob a forma de companhias, capitais e investimentos na Europa. Os países Europeus que podem influenciar as futuras políticas Euro-Americanas são a França, Alemanha Ocidental, Itália e Inglaterra, seguidos por outros países em várias ordens e graus. É bem sabido que a situação económica na Itália é nesta altura insatisfatória, apesar de todos os esforços exercidos. Não há estabilidade na Itália por causa dos ferozes conflitos entre as várias correntes políticas. Por isso o futuro poderá revelar muitas surpresas, de uma forma ou doutra.

A Alemanha Ocidental, como sabem, está tentando desenvolver lentamente uma política económica um tanto independente e que sirva os seus interesses nacionais. Embora esta tentativa seja nesta altura ainda limitada, está sujeita a evoluir e a tomar um curso mais sério no futuro. Isso conduzirá a algumas contradições de interesses entre a economia da Alemanha Ocidental e as dos Estados Unidos e alguns países Europeus.

Já falamos bastante sobre a França, cujos interesses estão bem servidos nas políticas Gaullistas, desde os tempos do General de Gaulle. Os Franceses abraçaram estas políticas não só por razões de princípio associadas à independência nacional, mas descobriram também uma vantagem económica ao prosseguir uma política própria nas suas relações com os países do Terceiro Mundo, em vista da sensibilidade destes países perante a América e alguns países Europeus. Muitos países do Terceiro Mundo são hoje em dia menos sensíveis e deixaram de ser sensíveis em relação à França. Este é particularmente o caso dos Árabes no Oriente. Os Franceses irão portanto manter esta atitude nas suas posições gerais nos assuntos estrangeiros. As políticas diferentes da França deixaram de ser um segredo, mas um facto reconhecido nas relações políticas entre muitos estados e a França.

A INGLATERRA E AS SUAS RELAÇÕES COM A AMÉRICA

As condições económicas da Inglaterra são agora más, mas como sabeis poderão melhorar relativamente, como resultado de muitos desenvolvimentos incluindo as prováveis descobertas de petróleo no Mar do Norte. Muito depende em saber se a produção de petróleo do Mar do Norte irá satisfazer totalmente as necessidades da Inglaterra, ou apenas parcialmente, e se haverá alguns excedentes para exportação num futuro próximo. Estas questões desempenharão papéis importantes para decidir a direcção e natureza das relações Anglo-Americanas.

Com base nesta breve análise e em alguns outros factores, podemos dizer que os próximos vinte anos testemunharão o desenvolvimento do centro da Europa, mas afastado da América. Durante o ano passado, dirigimos, sem dúvida, alguma das nossas atenções aos campos Árabes e internacionais, para o cultivo do diálogo Euro-Árabe com vista a encorajar um processo Europeu diferente das políticas Americanas, i.e. o tipo de relacionamento estabelecido pela Europa Ocidental como os Árabes e os países do Terceiro Mundo, terá um forte efeito na erradicação ou enfraquecimento da influência dos Estados Unidos sobre a Europa Ocidental ou sobre alguns dos seus principais países, àparte outras considerações de política internacional. Petróleo, matérias primas e outros interesses mútuos serão, neste aspecto, factores essenciais. No entanto, embora observemos a situação desta maneira, não devemos esquecer que alguns Árabes estão sob a influência da Inglaterra e da América. Alguns deles pendem em direcção à política Inglesa ou caem sob o seu controlo, enquanto outros fazem o mesmo com os Americanos, em parte das suas políticas. A América tem uma capacidade convincente especial nos círculos Árabes e em invalidar o diálogo Euro-Árabe ou desviá-lo dos objectivos acima mencionados. Quando os Estados Unidos descobriram que nada podia destruir este diálogo, tentaram o mesmo jogo através da Europa, ao encorajar alguns dos seus estados na Comunidade Económica Europeia (CEE) a adoptarem a decisão infame de fazer um novo acordo com a entidade Sionista (*). A decisão foi recebida negativamente pelos círculos Árabes. Alguns reagiram com um sentimento natural e genuíno, enquanto outros não conseguiram libertar-se por completo da influência Americana, que visa criar uma crise entre os árabes e a Europa, e particularmente a França.

(*) Em 11 de Maio de 1975 um terceiro acordo foi assinado entre a CEE e o inimigo Sionista. O primeiro e segundo acordos foram assinados em 1964 e 1970. De acordo com o novo tratado, a entidade Sionista tornou-se o primeiro estado «a ser aceite dentro das áreas de livre comércio, as quais serão estabelecidas pelos nove estados membros centrais da CEE e dos estados Mediterrânicos.»

Por isso e em resultado de outras causas incluindo a falta de conhecimentos entre alguns Árabes, levantaram-se algumas vozes exigindo o fim do diálogo Euro-Árabe. Mas nós temos um ponto de vista diferente e que pode resumir-se dizendo que os Árabes deviam demonstrar uma reacção pensada contra a decisão dos estados do Mercado Comum, chamando-lhes a atenção para o seu erro e advertindo-os contra qualquer continuação desta política. Esta reacção não devia, porém, fazer parar o diálogo Euro-Árabe. Ao mesmo tempo, teríamos de expôr claramente o papel dos Estados Unidos e os seus reais propósitos, para que a nossa reacção não falhe o seu alvo e permita que aquele papel alcance os seus propósitos, tanto politicamente como psicologicamente.

AS NOSSAS RELAÇÕES COM OS ESTADOS NEUTROS DA EUROPA

A Suécia, Noruega, Finlândia, Áustria e Suíça são países que tentam manter as suas próprias políticas e consideram-se a si próprios como estados neutros, não obstante o seu acordo, em termos gerais de política, com o resto dos países Europeus e em alguns aspectos mesmo com os Estados Unidos. Contudo, eles estão ansiosos por manter a sua neutralidade como tem sido publicamente declarado. Devemos prestar séria atenção a estes países. O ponto que eu gostaria de salientar a todos os irmãos, é que somos um país de doze milhões de pessoas, de tamanho limitado e com uma administração com apenas sete anos e prestes a entrar no seu oitavo ano. Temos muito gosto em não possuir um valor tradicional na política internacional. Adoptar os meios tradicionais usados pelas grandes potências, não nos trará mais perto do valor não-tradicional que procuramos. Portanto, cada embaixador, do seu posto, deve propôr o caminho correcto que devemos percorrer para desenvolver as nossas relações com este ou aquele país. Ele deve traçar para nós uma rota da qual não sejamos afastados por outros países e que seja adequada ao nosso potencial, ideais e circunstâncias; uma rota onde uma

especial maneira de ser se associe às nossas próprias características nacionais, e com uma eficácia potencial igual ou mesmo maior que a dos meios convencionais usados por outros países.

O que devemos manter na nossa política estrangeira é uma franqueza consistente e impregnada de princípios. Há necessidade adicional de clareza e franqueza na nossa política estrangeira, derivando do facto de sermos um país pequeno. Não devemos, por exemplo, competir com a Inglaterra nas velhas manhas, manobras e duplicidade que ela tanto dominou na política internacional. Temos de encontrar outros meios compatíveis com a nossa capacidade, idade e princípios que são eficazes na política internacional e notáveis entre as nações do mundo. Tais meios devem ser diferentes de todos os outros meios adoptados por grandes países como a Inglaterra, França, Alemanha Ocidental, América e União Soviética. Neste esforço somos ajudados por uma série de factores incluindo a nossa franqueza, mesmo que esta incomode outras pessoas. A franqueza que mantemos e a nossa clareza na política externa, fazem com que todos com quem lidamos fiquem completamente cientes das áreas do nosso acordo e do nosso desacordo, a extensão e a base de qualquer um desses acordos e de todas as razões que estão por trás.

Acreditamos que uma política destas, embora ocasionalmente aborrecida para algumas pessoas, é o meio de contacto correcto e recheado de princípios que poderá eventualmente transformar um país de doze milhões, num outro com certo peso nos negócios internacionais, além de outras considerações. Embora os seus resultados possam falhar em despertar a admiração em certos círculos, esta política está destinada a suscitar respeito.

2

O DESANUVIAMENTO E O CONFLITO ÁRABE-SIONISTA

Entrevista concedida por Saddam Hussein ao jornalista egípcio Sakina al-Sadat em 19 de Janeiro de 1977

Pergunta: *Quais são as perspectivas futuras para o Iraque, no campo do desenvolvimento agrícola e industrial?*

Resposta: Naturalmente, em linhas gerais, são as mesmas que se verificam noutros países i.e. o propósito do investimento no desenvolvimento, é a melhoria das condições sociais, culturais e económicas do povo e o seu firme progresso, acompanhando o progresso universal da humanidade. No que respeita ao Iraque, há objectivos adicionais de que temos necessidade imediata. O governo do nosso país trabalha para o estabelecimento do socialismo e lançou-se em campos vitais de aplicação socialista. Uma das características importantes da construção do socialismo é a de proporcionar a cada cidadão a oportunidade de emprego, com um rendimento razoável e definido, de acordo com o conceito socialista e a política de satisfazer as necessidades do povo, na base das condições e características de cada fase. Mas para proporcionar a cada cidadão válido essa oportunidade de trabalho, o nosso movimento tem de manter uma expansão horizontal contínua, construindo novos projectos que possam proporcionar oportunidades de emprego, acompanhando o crescimento da população. Para nós, construção e desenvolvimento não são apenas parte do esforço geral para garantir o progresso do país como um todo, mas também um meio de ir ao encontro de uma necessidade urgente, assim como uma forma particular de

aplicação do socialismo. Outra coisa que temos em mente é a nossa convicção de que o conflito entre a nação Árabe e a entidade Sionista continuará ainda por muito tempo, apesar de vários dos nossos irmãos Árabes terem opinião diferente. Porque esta é a era da ciência e da tecnologia, como a chamam, o crescimento do potencial científico e tecnológico exige que se dê atenção ao desenvolvimento, como se fôra um campo prático para avaliar a evolução e melhoramento de quaisquer ideias científicas e tecnológicas relacionadas com as nossas características nacionais e Pan-Árabes. O desenvolvimento proporciona também a base económica que nos permite enfrentar as eventualidades militares, económicas e políticas associadas a esta convicção: a nossa crença num conflito contínuo, entre a nação Árabe e o inimigo Sionista apoiado pelos imperialistas, que alimentam e reforçam este conflito.

Pergunta: *Havia um esquema que exigia a vinda de um milhão de* fellahin *(agricultores) para trabalhar no Iraque. Porém, o recrutamento destes camponeses não prosseguiu. Qual o motivo?*

Resposta: O nosso desejo de alcançar este objectivo deve ser inserido no seu contexto político e psicológico. Quando abrimos as nossas portas e apelamos aos nossos irmãos Egípcios para nos ajudarem a abrir as portas do Egípto para que os agricultores Egípcios e outros venham para cá, não visamos alcançar, com este movimento, objectivos meramente económicos, como supunham algumas pessoas. O nosso esquema não pode reduzir-se ao conceito de que temos a terra e a água, mas não temos os agricultores. Não é esta a razão fundamental dessa ideia. É antes o nosso desejo de pôr em prática as nossas ideias e de atacar o «regionalismo», de atacar a perspectiva regionalista que se enraizou na mente de algumas pessoas devido às barreiras que se criaram ao longo de tantos anos.

É para que os cidadãos do Iraque e de outros países Árabes sintam que, desde o acesso ao poder do Partido Socialista Árabe Ba'th, as ideias da luta Pan-Árabe deixaram de

ser meramente abstractas e que chegou a altura de aplicá-las de acordo com o nosso programa de acção. Quando dizemos que esta terra pertence a todos os Árabes, presumimos que é este também o caso em prática. Por isso, aqueles que trabalham no campo da indústria, encontram Árabes trabalhando com eles lado a lado. O mesmo acontece na agricultura, no planeamento e na informação. Esta é uma das maneiras de pôr em prática as ideias da luta Pan-Árabe, na base de que o Iraque é a terra de todos os Árabes tal como é, na nossa opinião, o Egípto ou qualquer outro estado Árabe.

Esta é a origem da ideia. Não interrompemos a sua aplicação. Falei pessoalmente com o Presidente Sadat sobre o assunto, e ele prometeu instruir as autoridades do seu país no sentido de facilitar a saída dos camponeses egípcios. Discutimos isso, em 1974, por ocasião da Conferência Cimeira Árabe em Rabat. Portanto, a ideia continua a ser implementada em todas as frentes. Dentro da mesma perspectiva, não temos objecção absolutamente nenhuma quanto aos Iraquianos partirem para o Egípto, para trabalhar na agricultura, no comércio ou em qualquer outro campo, porque vemos o Egípto como outro país nosso, um país Árabe pelo qual sentimos orgulho. Porém, ideias e práticas novas que façam parte de um amplo conceito, não devem ser implementadas precipitadamente e de modo a ameaçar o conceito original. Daí que a implementação do conceito ou de parte do mesmo deva ser precedida de preparação de todos os requisitos indispensáveis ao sucesso. Neste campo, ansiamos sempre por proporcionar estes requisitos em cada passo que damos. Só quando acabamos de dar este passo é que começamos o seguinte, e assim por diante.

Se não prepararmos todas as condições necessárias aos agricultores Egípcios, antes da sua chegada, a implementação da ideia pode causar-lhes a infelicidade, de uma maneira ou outra. Conhecemos a maneira de ser dos cidadãos Egípcios. Basicamente, não estão acostumados a emigrar para a terra pátria fora do Egipto. O apego dos Egípcios à sua terra é muito forte, principalmente entre os agricultores. Isso podemos nós compreender. As ideias em si não são suficientes

para amparar os homens e triunfar sobre a nostalgia pela sua terra pátria mais estreita, o Egipto. Todos estes pensamentos vêm à nossa mente sempre que desejamos dar um novo passo. É por isso que dizemos que devemos preparar os requisitos práticos antes de dar o passo seguinte. Para concluir, não interrompemos o projecto e continuaremos a pedir aos nossos irmãos no Egipto, tendo o Presidente Sadat como seu líder, que nos ajudem a levar esta ideia a cabo.

Pergunta: *V.Exa. é conhecedor dos problemas que actualmente afligem o Egipto. Qual a parte que o Iraque está tomando na ajuda da resolução de alguns destes problemas?*

Resposta: Quanto à noção que temos sobre as necessidades do Egipto e ao nosso entendimento das nossas ideias, sempre reconhecemos que todo o auxílio que demos e queremos dar ao Egipto fica àquem das necessidades. Talvez tenhais uma ideia àcerca da modesta assistência que prestamos ao Egipto durante os últimos anos em matérias ligadas ao desenvolvimento e noutros campos. Podeis examinar os projectos que submetemos ao Egipto e investigar as causas da sua demora. Prefiro que sejais vós próprios a examiná-los, tal como estão, porque anseio sempre em ser exacto. Não quero entrar em pormenores sobre todas as coisas. Talvez não consiga ser exacto ao falar sobre alguns desses pormenores. Com a ajuda do Ministro do Planeamento, Snr. Adham Hussein, podereis examinar os pormenores da ajuda fraterna que demos ao Egipto, sob a forma de dádivas ou de outra forma.

Para nos reportarmos ao lado político da questão, repito o que acabei de dizer. À luz dos princípios, das difíceis condições do Egipto e daquilo que sentimos que deve ser oferecido, pensamos, independentemente de outras opiniões, que seja o que fôr que possamos dar ao Egipto, é menos que o necessário. Mas isso foi o que as circunstâncias permitiram, à luz das fórmulas práticas e da particular situação. Não creio, porém, que nós ou os nossos irmãos no Egipto imaginem que aquilo que foi dado, pouco ou muito, é o fim da jornada e o

capítulo final dos nossos contactos com o povo Árabe no Egipto.

Pergunta: *Avaliamos que o Iraque é como o Egipto. Já constatei que sofre os mesmos problemas que afligem os países em desenvolvimento.*

Resposta: Para dar-vos uma ideia sobre o Iraque, farei aqui um rápido esboço.

Quando tomamos conta do governo em 1968, nada de substancial encontramos naquilo que nos foi deixado. Nos mais importantes bens que herdamos, contavam-se dois palácios — o Palácio da República e a Assembleia Nacional.

Mesmo a questão das fronteiras, das demarcações do território e da soberania, que preocupam os governantes por todo o mundo, independentemente do tipo de regimes, foram-nos deixadas por regularizar pelos governos anteriores, juntamente com outros problemas complicados com os nossos vizinhos. Herdámos também um tesouro público vazio e uma economia despedaçada, inteiramente dependente dos direitos de exploração do petróleo, que eram magros. Em 1969, as nossas receitas do petróleo ascenderam a 169 730 000 dinars (*). No ano da nacionalização, 1972, as receitas do petróleo calculadas antes da nacionalização atingem 218 576 000 dinars.

O primeiro acto de nacionalização ocorreu em Junho de 1972. O país tinha de atravessar circunstâncias difíceis durante todo o ano — o ano da nacionalização.

Tivemos por isso de viver um ano inteiro sob as mais difíceis circunstâncias, que continuaram até que as companhias se submeteram à realidade em 1 de Março de 1973. Desde 1972 até ao segundo semestre de 1973, o Iraque teve de viver sob condições de emergência. Nenhuma melhoria foi registada na nossa situação financeira antes de 1 de Março de 1973, ou melhor até 1974 para ser mais exacto. A melhoria a que me refiro é apenas comparativa, em relação ao período de emergência e aos anos precedentes. Os anos financeiros comparativamente bons são os de 1974, 1975 e 1976. O Iraque

(*) Um Dinar Iraquiano = £ 1.50

não poderá talvez ser comparado, nesta base, com os outros países Árabes produtores de petróleo, especialmente os estados do Golfo e da Península Arábica e a Líbia, os quais têm os saldos das receitas depositados nos bancos há muitos anos. As coisas começaram a melhorar no Iraque durante os dois últimos anos, como mencionamos na Conferência Cimeira que discutiu o auxílio requerido pelos nossos irmãos nos estados da confrontação. Disse naquela altura: «Temos ali irmãos que estão a dar o seu sangue. O nosso mínimo dever é apoiá-los com fundos».

É esta a situação no Iraque, onde não há lugar para economias. No entanto, prestámos ajuda aos nossos irmãos Árabes. A nossa situação financeira, falando em termos comparativos, foi boa apenas nos anos de 1974, 1975 e 1976. Podeis olhar ao vosso redor e ver as condições do nosso povo, do qual um largo sector carece ainda, profundamente, das mais simples necessidades da vida. À luz das urgentes considerações que o nosso povo espera de nós, suportamos uma grande responsabilidade. O nosso povo continua a lembrar-nos que lutou sob a liderança do Partido ou ao longo dos seus próprios caminhos, ajudando o Partido a tomar conta do governo para que este pudesse executar os seus desígnios e construir o socialismo. O povo exige-nos casas, oportunidades estáveis de emprego para cada cidadão válido e a provisão dos serviços necessários e de outras garantias.

Dizemos isto para dar aos nossos irmãos um quadro claro da situação. Quando eles pensam a nosso respeito como um país de petróleo, devem também lembrar-se destes factos — que em comparação com outros países de petróleo Árabes, o Iraque tornou-se um país de petróleo apenas durante os últimos três anos.

Pergunta: *Como é que o cidadão Iraquiano domina os problemas do desenvolvimento? Ouvi dizer que para resolver o problema da habitação, vós emprestais aos cidadãos cinco mil dinars, com juro muito baixo, para construírem casas.*

Resposta: Como país em desenvolvimento e dispondo de alguns recursos financeiros, especialmente nos últimos três anos, temos de possuir uma lista de prioridades. Não demos a primeira prioridade aos serviços sociais, até ao princípio deste ano. Durante os últimos três anos, demos prioridade aos investimentos nos projectos industriais e agrícolas. Qualquer país de limitados recursos terá de colocar nesse campo as suas prioridades. Os cidadãos não avaliam este ponto como aqueles que planeiam; eles não compreendem o fundo social, económico e cultural e as consequências destas prioridades. Mas a existência de um partido político que orienta as massas e a existência de organizações maciças de trabalhadores e camponeses, as chamadas organizações profissionais democráticas, ajuda-nos a dominar os problemas e os engarrafamentos no campo da planificação. Eles ajudam-nos também a lançar uma ponte sobre qualquer passagem e a decidir a responsabilidade do departamento estatal em causa. Tendes já provavelmente uma ideia sobre os seminários que organizamos para o aumento da produção (*). Não pretendo dizer que não temos em mão graves problemas. O desenvolvimento é uma nova matéria para os Árabes em geral, e o Egipto foi o estado Árabe pioneiro neste campo. No entanto ele enfrentou e ainda enfrenta problemas complexos. Com a atenção do Iraque apenas recentemente voltada e a sério sobre o desenvolvimento, é natural que devamos ter problemas económicos e sociais e mesmo psicológicos, durante o processo de desenvolvimento, especialmente o desenvolvimento rápido. Em determinados campos e actividades, alguns falhanços são inevitáveis, mas o acompanhamento contínuo mantido pela liderança do PSAB nestas áreas, a franqueza constante e a participação democrática colectiva na ultrapassagem destes problemas, garantirão o tratamento e as respectivas soluções.

Pergunta: *Três anos são passados desde o estabelecimento no Iraque da Frente Nacional Progressista Pan-Árabe. Embo-*

(*) Estes seminários realizaram-se entre 7 e 9 de Setembro de 1976 para discutir os factores que afectavam o decréscimo de produtividade no sector industrial, e foram assistidos por autoridades principais, técnicos e dirigentes sindicais.

ra seja uma nova experiência, como é que V.Exa. a vê? Quais são as perspectivas desta experiência?

Resposta: Quando falamos àcerca da Frente, a nossa discussão não deve confinar-se apenas à sua estrutura teórica. Nem devemos separar os actos políticos e outros empreendimentos da Frente, da passada história do Iraque. Para avaliar a fórmula aplicada agora no Iraque, nós e todos os nossos irmãos Árabes no Iraque, Egipto e em qualquer outra parte, devem lembrar-se que os membros da Frente tinham estado empenhados na luta armada até muito tarde e pouco antes da sua formação.

O Partido Democrático Curdo esteve a combater-nos nas montanhas desde 1961 até Março de 1970. Mulla Mustafa al--Barzani pegou em armas, uma vez mais, em 11 de Março de 1974 e continuou lutando até à sua derrota final em 6 de Março de 1975. Tivemos também encontros armados com o Partido Comunista desde 1959 até o PSAB ser derrubado em 1963. Seguiram-se tempos difíceis e circunstâncias complicadas que dominaram o nosso relacionamento com o Partido Comunista, bem dentro dos primeiros anos da Revolução. Apesar desta história do passado, prosseguimos e estabelecemos a Frente, que serviu como meio básico de expressão da nossa determinação de alargar a democracia, e a participação política das forças nacionais e das massas do povo na nova experiência e a todos os níveis. Na nossa opinião, as perspectivas da Frente Progressista não estão limitadas a objectivos a curto prazo. Para que ela possa ter algum valor e peso específicos, nas condições da construção revolucionária, não deve ser simplesmente uma associação temporária. Tanto quanto nos diz respeito, a Frente não foi formada em resposta a uma situação de emergência ou a condições transitórias que exijam a sua dissolução após o fim de tal emergência. Foi estabelecida para a construção de um Iraque livre, independente e socialista, com objectivos Pan-Árabes. Nós concebemos a perspectiva da continuação da Frente, à luz do nosso conceito da continuidade da revolução e dos seus objectivos. Acreditamos também absolutamente que o PSAB desempenha na Frente o

papel principal. Qualquer membro da Frente que acredite nestes conceitos continuará indefinidamente seguindo estas linhas, e qualquer membro que em qualquer altura ache impossível continuar trabalhando dentro deste quadro e com estes princípios, desistirá.

Pergunta: *Agora que a insurgência Curda foi liquidada, quais são os planos de V.Exa. quanto à futura estabilidade no Norte, e à prevenção da repetição do mesmo episódio?*

Resposta: Responderei à vossa pergunta dizendo que a soma total dos nossos planos é a seguinte:

Para o nosso povo no Iraque, a questão Curda é, na sua essência e realidade, um problema nacionalista e democrático. Significa simplesmente que existe um povo Iraquiano com as suas próprias e distintas características nacionais, as quais está decidido a cultivá-las localmente dentro de um só Iraque, um só povo Iraquiano, um só território Iraquiano. Na sua essência é portanto uma matéria legitimamente nacional e democrata. É desta maneira que vemos a questão, sem olhar às sinistras tendências que se infiltraram nas fileiras dos Curdos e conduziram, eventualmente, às lutas em 1974, e a despeito de todas as dificuldades que tivemos de enfrentar. Mas qual é a garantia básica contra a repetição das mesmas circunstâncias? Não podemos garantir que a questão Curda não será usada como um navio hostil, contra a Revolução, ou que a sua tripulação não mudará de vez em quando, de acordo com as variações nas estratégias internacionais e os respectivos efeitos no Médio Oriente e na pátria Árabe em particular. Não podemos sequer estar certos de que esta questão não voltará a inflamar nos seus aspectos críticos e excepcionais, se a sua essência, como já explicamos, não for completamente entendida e levada em consideração. O objectivo fundamental que temos sempre em mente, é o de prevenir a ocorrência de condições que possam afectar a visão clara de alguns sectores do nosso povo Curdo. Tais condições torna-os incapazes de distinguir, por um lado, entre aqueles que querem explorar a questão Curda como agentes de estratégias internacionais que

são essencialmente hostis ao povo Curdo, tanto quanto o são na questão da liberdade, destino comum e no futuro promissor do povo Iraquiano em geral e, por outro lado, aquelas pessoas honestas que observam a questão Curda sob a perspectiva da libertação, como um problema nacionalista e democrático dentro do Iraque e também como uma questão patriótica que permanece no interior da unidade de todos os Iraquianos e da sua independência, no seu próprio país.

Vendo-a dentro do seu enquadramento nacional, a questão Curda é matéria puramente interna que toma por vezes formas dúbias devido à intrusão de influências estranhas, postando-se agressivamente no caminho do movimento nacional e da luta para a construção de uma nova sociedade.

Pergunta: *O Iraque tem uma certa atitude perante a questão da Palestina, porque não acredita em soluções pacíficas. Se este é o caso, será possível considerar a reactivação da frente norte? Qual é a posição quanto à disputa Iraco-Síria e a sua relação com o assunto?*

Resposta: Antes de me fazer essa pergunta como jornalista e de eu responder-vos como membro oficial do Governo, gostaria de explicar a nossa posição em palavras simples. Mas qual é exactamente a nossa linha de pensamento? Acreditamos que os nossos irmãos Árabes têm duas concepções erróneas que, por vezes, indicam desvio em alguns aspectos da sua visão do equilíbrio do poder mundial, e os efeitos das actuais tendências internacionais nas nossas questões nacionais. Algumas pessoas consideram a causa nacional como prisioneira das tendências internacionais, seja na sua renascença, triunfo ou fracasso. Eles acreditam que tudo é uma questão de fatalidade e que não há ensejo para que a nossa vontade modifique e influencie as tendências internacionais, e possa agir em liberdade sem olhar à sua essência e à sua direcção. Eu gostaria de explicar-vos toda esta matéria. Peço-vos que presteis alguma atenção.

Existem aqueles que não levam em linha de conta as tendências internacionais e o equilíbrio do poder mundial, na

sua apreciação da situação; não lhes concedem lugar algum nos seus cálculos. Tais pessoas dizem que com a nossa vontade nacional podemos decidir tudo e traçar o nosso próprio rumo, sem qualquer necessidade de compreender as tendências dos negócios do mundo, as suas direcções ou os seus efeitos, etc.

São estas as duas tendências que prevalecem na pátria Árabe. Houve uma época em que os Árabes não reparavam no que se passava fora da pátria Árabe e das suas várias regiões. Acreditava-se que se algo acontecesse no interior de um país, isso poderia tratar-se livremente e sem fazer caso dos desenvolvimentos da política internacional, dos seus efeitos e da sua relevância. A mesma opinião se sustentava a respeito de qualquer questão que envolvesse um país Árabe e um país vizinho. Esta fase está agora acabada e foi substituída por outra segundo a qual os Árabes estão a tomar interesse pela política internacional. Algumas pessoas, porém, exageraram os efeitos dos desenvolvimentos internacionais sobre as nossas questões nacionais, e imaginaram que podiam anular a nossa vontade nacional e a sua capacidade para exercer influência contínua. Mas como vemos a política internacional e como levamos esta em linha de conta?

Como ponto de partida, vamos supor que o efeito e a direcção dos desenvolvimentos internacionais compreendem vários elementos que permitem que outros países além dos Estados Unidos e da União Soviética, tenham o seu papel. Este papel tem o seu efeito na formação da direcção das políticas internacionais dos Estados Unidos e da União Soviética. Quando os Estados Unidos, por exemplo, notam que todos os países Latino-Americanos e Afro-Asiáticos apoiam a sua política e que a Europa, Austrália e Japão são seus aliados, a sua política internacional perante as questões Árabes é delineada adequadamente, tratando do caso Árabe em questão, com hostilidade e desdém. Isto é particularmente verdadeiro quando os Estados Unidos constatam que os Árabes são incapazes de procurar o seu próprio benefício, influenciar a tendência dos negócios internacionais e usar correctamente o seu potencial. Mas quando os Estados Unidos descobrem que

a sua atitude está encontrando oposição nos países Latino-Americanos, Asiáticos, Africanos e Árabes, serão então forçados a modificar a sua política de acordo com a política nacional dos países em causa. Acreditamos por isso, como Árabes, Iraquianos ou Egípcios, que temos um papel a desempenhar na concepção das políticas internacionais e na sua direcção. Isto significa que tais políticas não devem ser decididas em qualquer altura e sem respeito pela nossa vontade nacional. Temos que tomar parte na sua concepção.

Alguma discussão se levantou sobre a questão do conflito Árabe-Sionista. Nós vemos os Soviéticos, os Americanos e os Franceses, todos como estrangeiros, não obstante as suas atitudes e posições e as nossas relações com eles e com outros países, quer por amizade quer por aliança. Eles não podem expor o nosso caso com a mesma atitude ou compreensão como nós o fazemos. Por vezes, um não-Árabe poderá sob circunstâncias favoráveis expor o nosso caso dentro do quadro da chamada convergência de estratégias ou interesses. Por isso, quando os Soviéticos verificam que os Árabes são firmes e capazes de manter o conflito armado, eles apoiarão os Árabes e fornecer-lhes-ão armas, mas quando eles verificam que os Árabes «sucumbem» sempre ao primeiro golpe, não podemos imaginá-los prontos a comprometerem-se por causa dos Árabes e por uma causa que pode prejudicar os seus interesses. Aqueles que desmaiam ao som da brisa mais ligeira ou ao primeiro sinal da tempestade não devem procurar que um estrangeiro lhes atire uma bóia de salvação, com incalculável risco para ele próprio. Além disso, é realmente verdade que os centros de decisão e da política do Ocidente, incluindo a Europa, América e Japão, tinham interpretado mal o caso Árabe e que começaram agora a compreendê-lo? Posso dizer-vos que não é assim. Desde o princípio que eles perceberam a mesma posição que agora percebem. Tudo o que aconteceu foi que os Árabes adquiriram novos meios de pressão sobre os nervos destes centros, fazendo-os declarar a sua apreciação do mesmo caso que eles tinham rejeitado ou recusado a apreciar ou a admitir no passado. Portanto, como os Árabes adquirem maior capacidade de pressão, não seria viável fazê-los entender mais exactamente o caso que eles antes rejeitaram? Sim, eles compreenderão e eles demonstrarão a sua compreensão através de uma nova política e uma nova direcção, mais conducentes aos interesses Árabes.

Interrompemos aqui e passamos para um caso, na linha deste exame da cena internacional. Como Árabes, somos capazes de tomar parte do delineamento dos rumos das políticas internacionais Soviéticas, assim como das políticas internacionais dos Estados Unidos.

A estratégia dos Estados Unidos cobre o globo inteiro e não está confinada a qualquer parte do mesmo. Tem a ambição de fazer que o mundo inteiro se mova na sua órbita e siga a sua linha de pensamento. O mesmo pode dizer-se àcerca da estratégia da União Soviética, que está decidida a fazer que o mundo acredite e pratique as ideias da União Soviética. Os dois países são agora as maiores potências mundiais, mas não creio que esta situação se mantenha por muito tempo. Quando estudamos a história, verificamos sempre que qualquer potência grande ou importante atinge o zénite da sua força e depois disso começa a declinar. Eu aprovo esta análise, mas não é este o nosso assunto. Temos de mover-nos deste ponto para uma compreensão realista do desanuviamento internacional ou, como eles chamam, a política do desanuviamento, que é uma situação política na qual as ambições e estratégias declaradas pelas partes em questão, são mutuamente modificadas. É como nós vemos o desanuviamento; não o vemos como a conclusão do conflito EUA-URSS. A fórmula conhecida por «divisão de influências» não é entendida como um conceito geométrico para dividir o mundo inteiro, como se Soviéticos e Americanos se sentassem juntos e dissessem cada um para o outro: «Eu fico com isto, tu ficas com aquilo». Isso é uma concepção incorrecta do desanuviamento internacional e da compreensão mútua. São políticas baseadas sobre certa avaliação dos factores do poder e influência. A esfera de influência Soviética e a esfera de influência Americana, contraem-se ou expandem conforme as circunstâncias. Um fenómeno desta ordem ocorre por vezes através da intuição e da informação, por vezes através do diálogo directo. As suas orientações es-

tão sujeitas a alguns factores básicos, nomeadamente a capacidade económica, influência diplomática e capacidade militar para manter o equilíbrio das forças políticas nesta ou naquela área, ou mesmo numa escala global.

Portanto, a esfera da influência Soviética expande-se à custa da influência dos EUA, à medida que vão conquistando mais amigos no mundo. Assim, um factor importante neste contexto é o de conquistar mais amigos para alcançar superioridade de poder e de métodos no conflito, quer por procuração quer pelo reabastecimento das reservas necessárias e emergências limitadas ou em larga escala. A mesma coisa se aplica aos Estados Unidos. Há também luzes de advertência, que dão o alarme para certos locais perigosos, alertando esta ou aquela parte. Quando os Soviéticos fazem pressão algures no Médio Oriente e removem determinada área para fora da influência ou controlo dos Estados Unidos, eles consideram o que conseguiram como um benefício para eles próprios, embora a área em questão continue realisticamente e praticamente independente dos Soviéticos. Torna-se um benefício para os Soviéticos, cortando simplesmente aquela área da esfera de influência política dos Estados Unidos. Os Estados Unidos observarão este resultado como uma fase preliminar de uma operação política. Os Soviéticos lançar-se-ão então na segunda fase, na qual tentarão trazer esta área «neutralizada» para ficar sob a sua influência. Não há outro processo. É assim como os Americanos e os Soviéticos se comportam em todas as partes do mundo.

Que acontece então quando a União Soviética se desloca para o Médio Oriente, uma área tão sensível e com o seu valor estratégico bem conhecido, tal como os Americanos o concebem?

Com todas estas explicações eu pretendo esclarecer a nossa maneira de pensar. Quando os Americanos consideram esta área sensível, nos seus cálculos estratégicos, eles não o fazem por causa dos seus recursos em petróleo, como algumas pessoas pensam, ou por causa das necessidades que têm de petróleo, ou por causa da delicada situação dessa área vista, somente, sob um ângulo estratégico e militar, mas também

por força de um factor importante que, nesta fase, poderá ter prioridade técnica e política sobre as outras considerações. Seja quem for que disfrute de influência efectiva no Médio Oriente, estará apto a influenciar a Europa e o Japão. Este é o factor principal que pode ter prioridade sobre as outras duas considerações que já antes mencionei. Onde reside o poder dos Estados Unidos? Qual é o elemento principal da sua força, fora do território dos Estados Unidos? Reside na aliança da Europa e do Japão com os Estados Unidos. Mas quando as fontes do petróleo se tornarem independentes, o Japão ficará apto a negociar directamente com os Árabes, sem qualquer necessidade da protecção Americana para os seus interesses, como os Estados Unidos pretendem fazer crer aos Japoneses. Como o Japão importa todos os materiais necessários à sua indústria, as suas linhas de comunicação e a manutenção das suas indústrias, dependem da protecção dos Estados Unidos porque o Japão não tem exército capaz de cumprir essa função, devido às consequências da II Guerra Mundial. Os Estados Unidos também compreendem perfeitamente que a independência do petróleo Árabe, e a negociação directa da Europa e do Japão com os Árabes para garantir as suas necessidades de petróleo, irão enfraquecer o aperto das suas garras sobre a Europa e o Japão.

Os Estados Unidos consideram portanto como matéria grave, qualquer intrusão de uma potência mundial nesta área e em concorrência com eles na estratégia internacional. Assim, qualquer intrusão Soviética, de qualquer grau, no Médio Oriente, é considerada abominável pelos Estados Unidos que podem ser levados, devido a esta excepcional ameaça, a agir com alguma flexibilidade no Sudoeste da Ásia com vista a reforçar o seu amplexo sobre o Médio Oriente e áreas similares do mundo. A saída dos Estados Unidos do Sudoeste da Ásia não foi um caso nítido de expulsão, mas uma mistura de expulsão e retirada. A vontade de lutar dos Vietnamitas e o apoio da União Soviética foram os factores decisivos da expulsão dos Americanos, mas não constituiram toda a razão que obrigou os Americanos a abandonar o Sudoeste da Ásia precisamente naquela altura. Aos Estados Unidos foram deixadas

duas alternativas: ou pôr ênfase excepcional na questão do Médio Oriente, ou agarrar-se simultaneamente a dois pontos «quentes», deste modo diluindo o seu esforço e deixando-se enfraquecer em ambas as frentes. Havia também outros factores adicionais, relacionados com o conflito Sovieto-Chinês, o medo de qualquer expansão da influência Soviética ou Chinesa naquela área, como resultado da continuação da luta, as esperanças do efeito potencial do conflito entre os interesses Soviéticos, Chineses e Vietnamitas, e outros factos relacionados com outras áreas internacionais de conflito. Esses foram os factores que compeliram os Americanos a retirar do Sudoeste da Ásia e a concentrarem-se, como primeira prioridade, no Médio Oriente, e noutras partes do mundo que gozam de óbvia prioridade sobre o Sudoeste da Ásia.

Quando alguns Árabes culpam a União Soviética pela sua falta de resposta e apoio vagaroso, devemos tomar tudo isto em linha de conta. Não queremos ser o advogado de defesa da União Soviética, mas é necessário que compreendamos a maneira de pensar dos Soviéticos; devemos aprender a lidar com a política internacional, sem nos deixarmos submeter e ficarmos enredados no seu jogo, ou ignorando-os. É assim como entendemos a política internacional no Iraque. Não nos desleixamos, não caímos nas suas armadilhas nem nos deixamos sucumbir. Lidamos com alguns como amigos, por virtude da convergência das nossas estratégias ou interesses e lidamos com outros como inimigos ou adversários, devido à divergência das nossas estratégias ou interesses sobre as quais as políticas são baseadas.

É desta maneira que entendemos a política dos Soviéticos, embora o Egipto tenha com eles uma experiência mais longa. É também difícil compreendê-los fàcilmente ou seguir a sua linha de pensamento, por causa da sua natureza. Para eles, é igualmente difícil organizar sobre o que está por trás das suas concepções estratégicas. Contudo, os nossos contactos na política internacional e a nossa constante preocupação com a sua análise, em busca da defesa e imunidade do nosso país e da nossa pátria Árabe, induz-nos sempre a tomar em consideração os cálculos das políticas internacionais, sempre

que tentamos avaliar os fenómenos de superfície que delas resultam.

Por isso, acreditamos que os Soviéticos pensam de tal maneira que não querem correr riscos no Médio Oriente a favor de qualquer outra parte, qualquer que seja o relacionamento que possam ter com a mesma, enquanto eles não puderem garantir, por um longo período de tempo, a estabilidade desse relacionamento e de acordo com o conceito que serve a sua estratégia. Isto para além das considerações sobre a paz mundial, tal como eles a vêem. Eles sabem que em troca de um interesse amigável na área, eles perderão outro interesse ou deixarão perder outra oportunidade algures no mundo, em consequência da pressão Americana e das políticas dos Estados Unidos e dos seus aliados.

Consequentemente, não devemos esperar que os Soviéticos nos apoiem sem garantir-lhes a nossa amizade, na forma que eles considerem que serviria os objectivos da sua estratégia internacional através da acção conjunta. Acreditamos que há certos factores que não foram explorados como deviam ser, para apoiar o potencial da nação Árabe para confrontar o inimigo, para aumentar a importância internacional dos Árabes e para agir partindo de uma posição de força, influenciando as tendências dos assuntos internacionais seja em relação aos Estados Unidos, a União Soviética, a Europa ou qualquer outro poder.

Alguns dos nossos irmãos dizem isso a nosso respeito. Eles dizem que somos incapazes de compreender a política internacional, porque imaginamos que os Árabes podem destruir a entidade Sionista, o que eles não conseguem fazer. Isso está correcto. Faltar-nos-ia decerto o entendimento político se apelassemos nesta altura para a destruição da entidade Sionista, mas não é esse o caso; não vamos agora atrás de uma política dessas. Não dizemos e não imaginamos que os Árabes são capazes de esmagar agora a entidade Sionista, nem imaginamos que o mundo permitir-lhes-ia que o fizessem nesta altura. O que dizemos aos nossos irmãos Árabes é isto: venham e vamos examinar juntos a situação. Permitam-nos que perguntemos: temos usado todo o nosso potencial disponível,

para aumentar a nossa própria potência tanto a nível regional como Pan-Árabe? Fizemos uso de tal potencial para fazer maior pressão numa mais larga esfera de política internacional, ao serviço da acção de libertação contra o inimigo Sionista?

Esta é a diferença fundamental entre eles e nós. No entanto, no fim somos olhados como se tivessemos cometido excessos, ao passo que os outros são mais realistas na sua avaliação. É este o ponto básico: como devemos agir? Talvez tenhais observado que, apesar deste conflito de opiniões, temos permanecido durante bastante tempo decididos a exprimir serenamente as nossas opiniões e sem recorrer ao insulto, especialmente em relação aos governos com os quais estamos determinados a manter relações fraternais e a lançar pontes para trabalho conjunto e cooperação, no futuro. Mas temos um método diferente de exprimir a nossa política àqueles governos sobre os quais já temos opinião formada. A essência, porém, permanece a mesma na nossa perspectiva sobre os problemas ideológicos. O que poderá variar são apenas as nossas formas de expressão, informação e acção política.

Deste modo, podeis constatar que exprimimos a nossa opinião durante muito tempo e neste estilo, sem qualquer ruptura nas relações ou quebra no diálogo, na esperança de que isso possa ajudá-los a compreender-nos e a ajudar-nos a nós a compreendê-los melhor. Podemos tentar procurar em conjunto o caminho comum, que talvez possa conduzir-nos em direcção a alguns dos nossos objectivos, se não a todos eles. Mas a condição primordial para um tal relacionamento, é que ninguém deve tentar impedir-nos de continuar a nossa luta, para a completa realização dos nossos objectivos estratégicos a longo prazo.

Recusamos, em absoluto, tomar parte em qualquer esforço conjunto Árabe que possa bloquear o nosso caminho de princípios, neutralizar a capacidade de acção da nação Árabe, denegrir a nossa perspectiva baseada em princípios ou encerrar a via para os nossos objectivos a longo prazo. Qualquer passo dado pelos nossos irmãos Árabes, por mais limitado que nos possa parecer, e compreensivo e de longo alcance que

possa parecer aos outros, terá o nosso apoio e participação, sujeito às condições que já mencionamos.

Estas são as ideias básicas relacionadas com o assunto.

Pergunta: *Os detalhes deste ponto de vista foram submetidos aos nossos irmãos e aos estados da confrontação, permitindo-lhes compreender a posição? Penso que não há diferença essencial sobre o caso da Palestina ou da libertação da terra.*

Resposta: A diferença básica gira em volta do futuro e do potencial da nação Árabe. Tais diferenças têm o seu próprio fundo educativo e ideológico. Acreditamos que a nação Árabe tem o domínio de potencial que ainda não foi usado, ao passo que alguns dos nossos irmãos pensam que este potencial tem sido completamente utilizado. Não posso imaginar que haja qualquer patriótico governante Árabe, na posse de todos os meios para recuperação da usurpada terra Árabe, que diga: Não, eu não quero recuperar as minhas terras usurpadas. Seja o que for que pensemos de tal governante, não acredito que ele responda negativamente se lhe perguntarmos se quer ou não a Palestina, se dele não se exige nenhum esforço excepcional e se todas as condições necessárias forem postas à sua disposição. Nenhum governante patriótico Árabe se atreveria a responder pela negativa. Àparte os agentes do estrangeiro, o pior cidadão Árabe não hesitaria em recuperar a Palestina se isso pudesse ser feito sem dificuldade. A diferença básica é sobre o método de recuperar a Palestina. Qual é a estrada que nos conduz a esse objectivo? São esses os pontos essenciais no debate. A diferença não gira em redor do caminho que tomamos em matérias menores e secundárias, mas antes à volta da rota principal da nossa luta Pan-Árabe, no ponto em que os fins estratégicos se fundem com os seus meios vitais.

Pergunta: *Compreendo perfeitamente as palavras de V.Exa. Significa então que há certos países como o Egipto, que sofreu várias guerras e não disse que os meios estavam esgotados, ou que não havia outra solução?*

Resposta: Temos a nossa própria interpretação sobre este assunto. Pensamos que os Árabes se reuniram nesta fase, mais pelas condições da guerra que pelas condições da paz. Isto aplica-se aos Árabes estejam ou não numa só região ou noutras diferentes. O povo do Egipto, por exemplo, está reunido mais por circunstâncias da guerra que por circunstâncias da paz. O mesmo se aplica ao povo Iraquiano. Qual é a razão para isto? Há duas razões fundamentais que nós, como Árabes, temos de compreender e levar em linha de conta.

Primeiro, as nossas características regionais divisórias revelam-se mais nas circunstâncias de paz do que nas circunstâncias de guerra, e no esforço conjunto Árabe para alcançar um objectivo especificado da luta Pan-Árabe, ou para enfrentar um desafio comum. As condições da agitação Pan-Árabe, a mobilização de energias e sentimentos sob circunstâncias de perigo, são factores fundamentais que consolidam a acção conjunta. As características regionais que por vezes impedem uma participação séria nos preparativos para a confrontação, são mais pronunciadas sob as circunstâncias de paz do que sob as circunstâncias de guerra.

Em segundo lugar, os nossos países são conhecidos como países em desenvolvimento. É uma expressão que foi imaginada para aliviar o esforço de dizer países «atrazados». O que o atrazo significa nesta fase, de acordo com as nossas opiniões?

Não estou dizendo que os nossos países não são politicamente esclarecidos. O que gostaria de dizer é que nós, como um todo, não temos conseguido estabelecer tradições firmes na acção nacional e na reconstrução dos nossos países. Digo tradições e não políticas; pois as tradições são a acumulação herdada de; políticas, valores, cultura, leis e formas de trato, tal como as concebemos. O nosso povo ainda vê o seu governante com suspeita, se ele demonstra alguma flexibilidade política. Eles não lhe concedem a oportunidade de continuar a exercê-la pelo tempo que ele achar necessário, devido ao facto de tal flexibilidade política ter sido usada, no decorrer de toda a nossa história moderna, como um disfarce para o governante Árabe ter tempo para levar a cabo as suas ideias, sem qualquer respeito pela vontade do povo. Estou a falar

sobre a história da pátria Árabe, no seu todo, e não sobre qualquer parte específica dela, para podermos compreender o aspecto psicológico do nosso povo e a sua ligação com as realidades históricas. Este aspecto não é uma manifestação de comportamento acidental, mas um fenómeno com causas e história próprias. Quando o nosso povo examina a nossa moderna história política e a conduta dos seus governantes, eles descobrem invariàvelmente que a flexibilidade tem sido sempre usada para encobrir a retirada e, por vezes, a reversão e a traição. Por isso, sempre que um governante Árabe fala sobre a flexibilidade, ele enfrenta as dúvidas e suspeitas do seu povo. A oportunidade que o povo Soviético dá aos seus líderes, como resultado das tradições acumuladas por mais de 60 anos, não é a mesma oportunidade que o povo do Iraque dá à sua liderança que tem estado no poder por não mais de oito anos, para além de outras considerações. O mesmo aplica-se perfeitamente ao Egipto, Síria, Jordânia e todos os outros países Árabes, em vários graus.

Portanto, mobilizar o nosso povo com o seu potencial excepcional, contra o inimigo Sionista é, de acordo com várias opiniões, um dos meios básicos e apropriados de mobilização desta potencial para confrontar o inimigo, nesta fase particular. Os imperialistas estão bem cientes das características regionais que se revelam sob as circunstâncias de paz. Eles irão utilizá-las nessa conformidade e como um terceiro factor, para enfraquecer-nos sob tais circunstâncias e para minar o potencial da acção conjunta. O nosso povo não alcançou ainda o desejado nível de maturidade política e de consciência psicológica, embora não seja este o problema que está criando embaraços à acção de libertação Pan-Árabe. Este é um ponto que é necessário incluir nas nossas avaliações políticas, não como desculpa para uma retirada mas para ajudar-nos a compreender as nossas responsabilidades em tratar do mesmo de maneira enérgica e revolucionária. Portanto, o que acreditamos é na militância combinada com a acção política e a preparação das exigências da guerra. Ao mesmo tempo, temos a oportunidade de exercer acção política e desenvolver os seus meios, e a nossa própria eficácia neles. A militância não deve estar

ausente da política, ou vice versa. Este é o ponto central da nossa política para a confrontação com o inimigo Sionista e as prevalecentes circunstâncias internacionais, i.e. preparação para a guerra e, simultaneamente, recurso a alguma forma de acção política. Devemos desencadear a guerra quando acharmos que isso é necessário e correcto. Ambos os meios devem ser objecto de uso equilibrado, baseado em cálculos cuidadosos e na avaliação uniforme de uma única estratégia com um objectivo central reconhecido, assim como em objectivos específicos, por fases, e em todos os requisitos disponíveis e antecipadamente conhecidos.

Durante a Conferência Cimeira de Rabat em 1974, apresentamos uma ideia completa sobre este assunto, ou melhor, sobre esta sua parte vital em particular, e salientamos que os Árabes não devem aparecer como se eles nunca pudessem entender política ou estivessem decididos a suprimir os direitos dos outros, tal como pensa a comunidade internacional. Ao mesmo tempo, é necessário que os Árabes não vivam num mundo de ilusões, e extraviados do verdadeiro caminho que é o de enfrentar o inimigo Sionista e os planos imperialistas.

Por isso apelamos aos Árabes para explorar qualquer oportunidade política quando ela se oferece, ou quando eles conseguem uma abertura para esse fim. Acreditamos também que a imposição de uma espécie de tréguas, que enfraquece o nosso potencial militar e a capacidade de mobilização das massas, deixando-nos apenas com armas políticas, irá minar a nossa posição política assim como a preparação para a guerra, independentemente da política, continua a ser uma aproximação temerária e impulsiva.

É esta a nossa opinião, como já sublinhei. Quanto ao apoio financeiro concedido pelos Árabes ao Egipto durante e depois da Guerra de Outubro, direi que embora fosse pequeno e inadequado em relação ao papel desempenhado pelo Egipto, como a primeira linha de defesa de toda a nação Árabe, foi porém imensamente diferente o que podereis compreender comparando-o com o actual apoio financeiro. Não quero com isto dizer que devemos continuar a combater de acordo com a mesma fórmula da Guerra de Outubro de 1973.

O que pretendo dizer é que devemos procurar manter a atmosfera de guerra para reforçar a nossa aproximação política e permitir-nos que exploremos qualquer oportunidade adequada que se ofereça. Manter uma atmosfera de guerra e preparar os seus requisitos, permitir-nos-á entrar com sucesso em qualquer guerra e na altura que escolhermos.

Pergunta: *Acredito que a aderência a um programa desta ordem tornará possível o acordo entre os líderes Árabes, assim como servirá genuinamente a causa da nossa nação.*

Resposta: A manobra principal para alcançar os objectivos, por fases, é recuperar uma parcela de território após outro e manter ao mesmo tempo a atmosfera de guerra, embora continue a acção política.

Sabeis qual é o mais crónico problema dos governantes Árabes? Um dos principais problemas, na nossa opinião, é que quando alguns de nós — e ocasionalmente todos nós — fazemos algo útil, acreditamos que isso é o fim de tudo e a ninguém deve ser permitido discutir a nossa acção. Quando um governante Árabe salta por cima de um estreito regato, imagina que atravessou o Atlântico. Não penseis, por favor, que com isto queira referir-me a atravessar o Canal de Suez. Nunca recorro ao duplo sentido, mas falo sempre de modo directo. Orgulhamo-nos da Guerra de 1973 e do feito do Exército Egípcio. Como Árabes, temos orgulho neste exército e por ter atravessado o Canal do Suez. Nenhum sentido duplo se esconde nas minhas palavras, mas falo somente como Árabe. Tomemos outro exemplo: será lícito que os Iraquianos, após terem nacionalizado o seu petróleo, impeçam alguém de qualquer discussão política e com um ponto de vista diferente, simplesmente porque foram os Iraquianos que nacionalizaram o petróleo?

Temos de trazer sempre em mente que qualquer grande tarefa que executemos é apenas uma pequena parte da nossa longa marcha. Se tivermos isso em mente, como governantes ou líderes Árabes, estaremos então aptos a aceitar a discussão, a modéstia e a interpretação. Estaremos então aptos a

dar, receber e ouvir opiniões de outros. Acreditar simplesmente que os outros não passam de estudantes e que apenas nós estamos habilitados a emitir opiniões, nada de útil poderá trazer. É preciso que aceitemos que no nosso relacionamento com o nosso povo, e entre cada um de nós, somos ao mesmo tempo professores e estudantes. Por vezes ouvimos e recebemos lições e por vezes é a nossa vez de dar tais lições. Um relacionamento desses não existe agora. O outro ponto é que nós, habitualmente, competimos uns com os outros, usando fórmulas e métodos errados, e por todo o território da pátria Árabe.

Esta é uma arena vasta, com espaço para mais campiões. Às vezes imaginamos que ela é demasiado pequena para podermos competir, no entanto ela pode absorver maiores quantidades e muito mais esforço, desde que aceitemos o mesmo objectivo que é a realização das ambições e esperanças da nação Árabe, baseada na libertação, unidade e construção de uma nova sociedade, na base da justiça e da igualdade.

Às vezes o cidadão Iraquiano acha que o Iraque é demasiado pequeno para ele e pensa em partir para o estrangeiro. O mesmo pode dizer-se em relação aos Sauditas, os Kuwaitianos, os Egípcios, os Sírios e assim por diante. É um facto autêntico. Estou a expor perante vós a nossa realidade — a realidade das deficiências que eu observo como um cidadão Árabe na nação Árabe.

Um outro ponto está relacionado com as tensões inter-Árabes. Permitam-me que fale àcerca do Iraque e tome como exemplo o nosso problema com a Síria, para que possa dar-vos uma imagem para ilustrar aquilo que venho dizendo. Como Iraquianos, temos estado sempre decididos a começar, dando qualquer passo, desde que tal passo não vá interromper a continuação da nossa longa marcha. O problema da tensão entre nós e a Síria e as suas causas são bem conhecidas, mas quando rebentou a Guerra de 1973, nós não dissemos que as nossas relações com a Síria eram pouco satisfatórias e que nada podiamos fazer para ajudá-la, em virtude dos seus governantes não autorizarem a passagem do petróleo nacionalizado através do seu território, insistindo em condições severas

e humilhantes e fazendo cessar o fluxo de água do Eufrates, deste modo causando não só problemas mas até calamidades sociais e económicas. Contudo, quando a guerra rebentou, esquecemos tudo isso em vista da importância da questão. Tinhamos perante nós a possibilidade de dar um passo comum, que poderia não alcançar todos os nossos objectivos, mas era de qualquer modo um passo em direcção àqueles objectivos. Tinhamos de cooperar. Estou agora a falar nisso para dar-vos uma ideia do relacionamento entre nós e a Síria e corrigir qualquer noção de que nós pudessemos albergar uma sensibilidade Ba'thista especial para com o regime Sírio.

O outro ponto àcerca dos governantes Árabes é que eles, frequentemente, falam com os olhos postos na publicação das suas declarações por eles próprios ou por outros. Eles falam sob a influência deste género de psicologia, desprezando o pensamento cauteloso e a objectividade compatível com o potencial e as correctas intenções da acção conjunta que conduzem ao passo desejado, em conformidade com os recursos e condições disponíveis na fase actual.

Finalmente, um dos pontos principais relacionados com a maneira de ser dos governantes Árabes é que cada um deles observa qualquer problema comum sob o ângulo de ganhos políticos que daí possam resultar para ele de acordo com os seus próprios cálculos, sem qualquer preocupação pelas vantagens da acção conjunta tão desinteressadamente empreendida.

Pergunta: *O que está por trás do apelo aos Judeus Árabes para voltarem para os seus países?*

Resposta: Foi bom que da vossa parte me tivessem lembrado este assunto. Ajudar-nos-á a explicar um aspecto do nosso entendimento da política internacional e da opinião pública mundial. O nosso caso tem de ser devidamente compreendido pela opinião pública mundial, não como matéria de conflito religioso entre os Árabes e a entidade Sionista, como os Sionistas tentam fazer crer e como algumas políticas Árabes e meios de informação têm sugerido, mas como matéria de um objectivo Árabe a longo prazo, que exige o estabeleci-

mento de um estado Palestiniano, no qual podem viver todas as religiões e todos os cidadãos, independentemente dos seus credos, num território comum, sob uma única soberania com iguais direitos e uma identidade Palestiniana. Para que esta ideia seja bem compreendida, temos de fornecer provas práticas e convincentes que incluem a concessão aos Judeus Iraquianos da oportunidade de regressar ao Iraque, aos Judeus Sírios de voltar à Síria e aos Judeus Marroquinos de regressar a Marrocos, exactamente como os Judeus Americanos, Franceses e Alemães podem regressar aos seus lares de origem. Assim fazendo, este apelo para o estabelecimento de um estado democrático Palestiniano, abrangendo todos os seus habitantes originais, encontrará no mundo ouvidos atentos, para além de outras considerações.

Quando dizemos que qualquer pessoa que emigrou para a Palestina depois de 1948 e ali se fixou, tem de voltar ao seu lar original, temos em primeiro lugar a obrigação de trazer os Judeus Iraquianos de volta aos seus lares.

3

UMA INTRODUÇÃO REALISTA À CAUSA PALESTINIANA

Discurso de Saddam Hussein
na 13.ª Conferência dos Engenheiros Árabes
27 de Janeiro de 1977

O nosso irmão Falah Jabr descreveu a minha pessoa em termos revolucionários e de engenharia (*). Agradeço-lhe a descrição. Vamos partir deste ponto. Eu sou um engenheiro à experiência e acredito que os patrióticos governantes e líderes dos Árabes, estão todos à experiência. Ao longo de muitos anos, o nosso povo aprendeu a prolongar o período de experiência, antes de conceder a sua confiança, devido à amarga experiência do passado. Muitos colegas vossos, após um período de tempo, esqueceram o seu treino básico. O mesmo também se aplica a tantos engenheiros «políticos», que perderam as suas características, após um período de tempo no caminho de luta da nação Árabe. O denominador comum em ambos os casos, é o fracasso em manter as condições de êxito, tendo em conta as qualificações originalmente adquiridas.

Estas observações não são técnicas nem académicas. Falo baseado em dois factores. O primeiro é que sou um «engenheiro» à experiência, como já disse; o segundo é que existem muitos engenheiros na nossa nação, capazes de participar no trabalho de reconstrução nos vários campos da política, cultura, engenharia e por aí em diante, pois é uma promessa de futuro brilhante, por mais sombria que seja agora a perspectiva.

(*) Falah Jabr, Secretário-Geral da Federação dos Engenheiros, pediu ao Snr. Saddam Hussein, em nome dos Engenheiros Árabes, para se dirigir à Conferência, dizendo que Saddam Hussein é um engenheiro da Revolução.

Na base desta convicção, podemos discutir o mais importante problema Pan-Árabe que ocupa a mente de cada cidadão Árabe, nomeadamente o conflito Árabe-Sionista.

Num país estrangeiro, tive uma reunião com um funcionário superior que continuou a falar sobre soluções pacíficas, tal como ele, e outros como ele, as viam. Perguntei-lhe: «Existiu alguma vez algum profeta fora desta área?». A pergunta apanhou-o de surpresa, pois estavamos discutindo assuntos internacionais e não assuntos relacionados com profetas. Antes que ele arriscasse uma resposta, eu disse-lhe: «Darei eu a resposta». Nenhum profeta apareceu alguma vez fora desta área. Todos os profetas e mensageiros de Deus surgiram aqui, no seio dos filhos desta terra. Isto demonstra que as pessoas desta área têm as suas próprias características, que as outras pessoas não têm. Uma dessas características é que elas não são governadas apenas por factores e condições materialistas, nem elas se sentem obrigadas por «faits accomplis» e factores prevalecentes. Elas tiveram sempre o hábito de ultrapassar o factor prevalecente e de irem mais além.

Portanto, é bom que não sejais induzidos em erro pelos actuais factores e fenómenos, acreditando que o povo Árabe pode ser subjugado e convencido a engulir o «fait accompli» porque a suposição de que o povo se submeterá a qualquer «fait accompli» não é suportada por qualquer prova, quer no passado, quer na situação presente. Vós tendes de compreender um dos factos vitais da Pátria Árabe e que demonstra que os governantes Árabes não alcançaram as suas posições pelos meios liberais convencionais e democráticos, como sucede no Ocidente. Há que ter cuidado e não confiar nas percentagens que são anunciadas em relação às eleições realizadas nos países Árabes. Somos todos capazes de produzir em percentagens mais altas do que as que se têm verificado no passado. É porém necessário que seja examinada a verdadeira proporção da real opinião pública, que tais percentagens representam. Só então é que podereis incluí-las nas vossas deliberações políticas.

Como estes governantes não foram eleitos pelos métodos convencionais liberais democráticos, também é natural que

acabem por saír através de meios não-convencionais, similares aos que os conduziram ao poder, uma vez que o povo perdeu a confiança neles como resultado do seu desvio das causas principais, que eles patrocinaram ou que usaram como meio para conquistar o poder. Isto inclui a questão da Palestina. Deveis ter em mente que todos os governantes Árabes, que atingem as suas posições como resultado de «coups d'Etat» ou de revoluções nacionais, pegariam na causa da Palestina como se fôra um «slogan» central para mobilizar as massas e para preparar condições e terreno para a sua tomada do governo.

Qualquer solução da questão Palestiniana terá portanto de ser uma solução fundamental e satisfatória para o povo. Mesmo que tenhais, por trás de vós, plena autorização de todos os dirigentes Árabes, ficareis mais tarde, após a queda deste ou daquele dirigente, numa situação critica e tendo de enfrentar uma nova cadeia de circunstâncias. Qualquer novo governante achar-se-á na obrigação de diferençar-se do seu predecessor, de uma maneira ou outra. A questão da Palestina será novamente atiçada, quanto mais não seja por razões de expediente político e sem qualquer referência a considerações ideológicas.

Por esta razão, penso que o povo Árabe nunca se submeterá a qualquer decisão que eles não creiam poder proporcionar a derradeira conclusão para uma prolongada luta que começou em 1948. Foi isto que eu disse ao funcionário superior que antes mencionei.

Sem qualquer exagero ou tentativa de ultrapassar qualquer dos meus irmãos Árabes, direi que a base dos projectos discutidos nesta altura nem sequer representa as exigências mínimas da nossa luta Pan-Árabe. Além disso, acredito que o inimigo Sionista não aceitará sequer os objectivos que estão agora a ser manifestados por alguns governantes Árabes.

Alguém poderá perguntar: se os nossos inimigos não vão aceitar as soluções propostas por alguns governantes Árabes, porque não embaraçá-los oferecendo esses alvos e conquistando depois a opinião pública mundial na preparação de outro alvo? Façamos aqui uma pausa por momentos, antes de discutirmos esta lógica.

É sabido que a população da Nação Árabe é agora de cerca de 140 milhões, contra 3 1/2 milhões vivendo na área da entidade Sionista. A nação Árabe era pobre e agora é rica. Existiam barreiras impedindo os Árabes de adquirir conhecimentos e tecnologias científicas, mas essas barreiras não são agora tão grandes, graças à alteração das circunstâncias e ao factor petróleo.

Por isso, o ritmo de desenvolvimento tendente a alcançar qualquer objectivo, será o mais rápido de sempre. A política mundial desenvolve-se gradualmente para a emergência de mais que um centro de influência e polarização. Existem agora dois centros de polarização, que apenas permitem um âmbito limitado para a flexibilidade política, na luta para alcançar os nossos objectivos Pan-Árabes durante esta fase. Mas quando, por exemplo, houver no mundo seis ou mais centros de polarização, sob diferentes factores e circunstâncias da política internacional, o campo de acção no qual a nação Árabe pode lutar pelos seus objectivos, será muito maior. Uma possibilidade dessas não é imaginária. Vereis como nos próximos vinte anos, novos e importantes centros de polarização irão surgir no mundo, para além dos dois centros actuais. Isto permitirá um escopo mais amplo do que aquele que agora existe para a flexibilidade da acção política conducente aos objectivos Pan-Árabes.

Estes factores fundamentais permitem-nos, sem qualquer dúvida, olhar para o futuro com optimismo. É esta pois a nossa perspectiva e foi assim que chegamos às nossas conclusões, à luz das quais estabelecemos as nossas políticas. Não encontramos nenhuma justificação para o desespero, não por razões emocionais ou factores políticos transitórios, mas precisamente devido aos factores que primeiro apontamos. Alguns dos nossos irmãos acusam-nos de leilão político, ambiguidade e confusão entre tácticas e estratégias, quando intensificamos o nosso esforço Pan-Árabe e, em particular, a nossa luta contra a entidade Sionista. Diremos que se alguém perguntar aos governantes Árabes se eles queriam ou não a Palestina de volta e sem grandes trabalhos, teriam respondido afirmativamente, sem excepção. Mas será que isso é possível?

Naturalmente que não. A diferença básica é, portanto, àcerca do esforço requerido para a realização desse objectivo, e as condições necessárias para consolidar aquele esforço. Todas estas matérias relacionam-se com as atitudes e interpretações básicas, sobre as quais já demos a nossa opinião por mais de uma vez.

Voltemos agora ao mesmo assunto. Algumas pessoas dizem: Se o inimigo Sionista vai rejeitar esta solução limitada, que é insuficiente para alcançar o nosso objectivo fundamental, porque não aceitá-la e embaraçar os Sionistas em frente das potências mundiais? Estamos em crer que o desenvolvimento das posições das potências mundiais não ocorreu, de modo algum, como consequência delas terem assumido uma visão imbuída de princípios, mas antes e primáriamente devido à nova posição ocupada pela nação Árabe em duas áreas principais, nomeadamente o desenvolvimento do poder militar dos Árabes e a sua prontidão para o combate como ficou evidenciado na Guerra de Outubro, e a emergência de novos factores favorecendo os Árabes, incluindo o petróleo e a possibilidade de usá-lo como arma política.

Em 1971 e 1972 eramos olhados como incapazes de compreender a política. Durante a Guerra de Outubro, alguns funcionários nossos visitaram certos irmãos Árabes e propuseram o uso do petróleo como arma na batalha, mas não receberam nenhuma resposta positiva. Poucos anos antes, o Iraque propusera na reunião do Conselho de Defesa Árabe (*) o uso do petróleo como arma de batalha, mas a proposta foi ridicularizada em privado. Isso tornou-se óbvio para nós, pela evidência de várias respostas, incluindo o destino final que a

(*) Durante a reunião do Conselho Conjunto de Defesa Árabe realizado em 27 de Janeiro de 1973, o Iraque apresentou uma proposta para a acção conjunta Árabe, baseada no uso do petróleo como arma, pela nacionalização dos interesses estrangeiros e de todos os outros interesses de qualquer estado que não retirasse aos Sionistas a ajuda económica e militar. As propostas envolviam também o estabelecimento de uma verdadeira unidade militar entre os estados da confrontação, com um comando e planos de batalha unificados. A ideia não foi bem recebida entre os governos Árabes que ou se mantiveram silenciosos àcerca da mesma, ou duvidaram da sua praticabilidade.

proposta teve i.e. foi colocada na prateleira. Contudo, um ou dois anos depois, parte desta proposta foi posta em execução durante a guerra, embora não com a extensão que desejavamos. Como acabou por ser utilizada, se bem que com limitada extensão, tornou-se evidente que a mesma pode ser levada ainda mais longe sob circunstâncias adequadas e obrigatórias. O uso do petróleo como arma política é uma questão que alarma as potências mundiais com influência no conflito Árabe-Sionista.

A opinião pública mundial e as políticas internacionais não mudaram por se ter mostrado pela primeira vez que os Árabes tinham um caso. A mudança foi provocada pela necessidade de enfrentar as eventualidades e especialmente o novo poder e influência que chegavam às mãos dos Árabes. Avançar em direcção a uma posição mais forte, com a manutenção e desenvolvimento dos factores da vitória, é essencial para qualquer sério desenvolvimento da opinião pública mundial e da situação internacional, com o fim de conseguir objectivos tácticos, na linha dos objectivos estratégicos e na preparação para a realização destes objectivos estratégicos numa fase posterior.

Por mais delicados e eloquentes que possamos ser na nossa linguagem diplomática, não creio que isso provocará qualquer drástica transformação. Tal transformação pode apenas ser alcançada, convencendo todas as partes interessadas que os Árabes movem-se dia após dia para posições avançadas, militarmente, economicamente, politicamente e tecnologicamente, assim como no uso do petróleo e na sua capacidade para desenvolver e influenciar efectivamente as políticas mundiais. Repare-se que esta é agora a verdadeira posição dos Árabes. O aperfeiçoamento da nossa posição internacional depende, portanto, da nossa própria força, recursos petrolíferos, etc. Por outro lado, como já disse, olhamos para nós próprios como engenheiros à experiência. As nações Árabes olham para os seus governantes com justificada suspeita, de variados graus e espécies, dependendo da sua avaliação da história do governante, do seu tratamento das massas, das suas realizações e da clareza dos seus planos gerais para tratar das

questões básicas, no espírito de verdadeiro patriotismo. Além disso, o ponto de vista geral dos Árabes não alcançou ainda, por várias razões, a necessária maturidade ideológica e política. Portanto, uma política flexível de acção política deve ser cuidadosamente planeada em relação a um claro objectivo estratégico, pois de outro modo o povo considerá-la-á como se fosse um disfarce para a retirada e a reversão. A história contemporânea tem mostrado que quando um governante Árabe fala àcerca de flexibilidade é usualmente sinal para recuar e bater em retirada. Não temos provas sólidas para demonstrar que os governantes Árabes agiram com flexibilidade, como meio para empreender um avanço qualitativo e revolucionário numa fase posterior. Falar de paz sem mobilizar o potencial para a guerra, sem consolidar os relacionamentos de confiança e confidência entre os governantes ou líderes e os seus povos, e sem edificar os factores que tornam a política Árabe seriamente eficaz nos negócios do mundo, deixará o povo desconfiado, revoltoso ou temporariamente desesperado e sujeito a expor elementos de fraqueza.

Quando dizemos que temos de manter em ebulição a questão da luta, não deixamos passar em claro as influências internacionais. Existem alguns conceitos errados sobre a influência das políticas internacionais, porque algumas pessoas ignoram o elemento nacional na capacidade dos povos e o seu papel na realização da mudança e do avanço.

Não devemos imaginar que os Estados Unidos e a União Soviética sentam-se juntos e fazem planos para o mundo, tal como desejam. Se pensamos que é essa a situação, onde estará então o papel do povo ao efectuar a mudança? Este género de concepção da política mundial é erróneo e desviacionista. Por outro lado, existe a outra ideia que ignora completamente os factores internacionais e diz que devemos confiar na nossa própria capacidade. Isso é também perigoso e errado e pode, finalmente, conduzir à derrota nacional. Estamos convencidos que devemos primeiro criar as condições que consolidem a intrínseca capacidade do nosso povo e possibilite que sejam dados passos secundários e usá-los correctamente, em circunstâncias adequadas e para o efeito desejado. É preciso que

compreendamos a política internacional e utilizemos as suas correntes, sem ficarmos enredados no seu jogo. Aqui diferimos de alguns dos nossos irmãos, que nos acusam de incapazes de compreender a política internacional. Não, nós compreendemo-la, mas a nossa compreensão não nos leva a sujeitar o nosso próprio elemento nacional às suas tendências e efeitos. Nem damos à mesma uma importância exagerada, que enfraquece o moral do nosso povo. Também não fechamos os olhos à importância, às tendências e resultados das políticas internacionais, ou à necessidade de lidar com os mesmos e usar alguns deles em apoio do nosso esforço.

Estamos perfeitamente cientes que, objectivamente, a tendência das políticas internacionais não permite, nesta altura, a destruição da entidade Sionista. No entanto, algumas pessoas dizem: se é esse o caso, porque nos impedem de continuar as actividades políticas compatíveis com esta realidade?

A nossa resposta é que não devemos olhar para esta realidade como se fosse o fim de tudo, porque os factos na política internacional são relativos e mudam de acordo com os factores que afectam o seu movimento e direcção. A capacidade da nação Árabe desempenha um papel decisivo no desenvolvimento daqueles factos que afectam o esforço Árabe. Portanto, o que é correntemente um facto na política internacional de hoje, não será o mesmo numa fase posterior e a maré do progresso, de acordo com os nossos cálculos, avança sempre a favor dos Árabes.

Por este motivo a política internacional, tal como nós a vemos nesta fase, permitirá que os Árabes reconquistem as suas terras, ocupadas desde 5 de Junho de 1967, logo que eles estejam prontos para isso.

Na base da nossa compreensão desta situação, apelamos a todos os Árabes para se esforçarem ao máximo pela realização incondicional deste objectivo, após a preparação de todas as condições requeridas. Podemos então entrar em debate político sobre as terras ocupadas antes de 5 de Junho de 1967. Exige-se a mobilização do nosso povo para alcançar este básico objectivo estratégico e a exploração de todas as oportuni-

dades disponíveis para este objectivo ou outros intermediários. Não devemos restringir as nossas políticas e a mobilização do nosso povo, à questão da reconquista do West Bank, Gaza e Montes Golan, como as pessoas estão agora fazendo, a fim de que não percamos o direito até a esses objectivos.

Não somos contra as actividades políticas, mas qualquer flexibilidade sem um básico objectivo estratégico e sérios requisitos para o avanço numa fase posterior, tornar-se-á apenas uma cobertura para a reversão. Mas quando a flexibilidade se torna parte do processo revolucionário movendo-se em direcção do básico objectivo estratégico, tornar-se-á então um passo em frente. Um ponto fundamental é que devemos indicar o objectivo estratégico e fazer de cada movimento em cada adequada oportunidade, um passo em direcção ao mesmo, em vez de impedir o acesso a qualquer progresso.

Dizer que nós como Árabes estamos de acordo sobre a libertação da Palestina e depois fechar as portas contra a realização do alvo estratégico da libertação da Palestina politicamente, militarmente, ideologicamente, tanto a nível oficial como popular, significará que não estamos de acordo sobre o alvo estratégico e os métodos básicos. Em termos práticos, chegaremos a conclusões diferentes daquelas que foram declaradas por alguns partidos Árabes. Qualquer parte da Palestina que nós sejamos capazes de libertar, não deve ser tratada como o objectivo final do nosso esforço, mas não devemos hesitar em conquistá-la, desde que tenhamos a oportunidade e os meios. Temos de consolidar os elementos da vitória em cada operação, para reconquistar ainda outra parcela da nossa terra, através do passo seguinte. Assim, e à luz de tais processos, as políticas internacionais desenvolver-se-ão juntamente com as posições dos nossos amigos e as atitudes dos nossos inimigos.

Do mesmo modo, o nosso potencial desenvolver-se-á com o desenvolvimento das nossas posições. A nação Árabe encontrará sempre à sua disposição potencial adicional, que poderá ser usado para criar novos factores a nível Pan-Árabe e internacional e conduzirá a novos avanços.

رقم الايداع في المكتبة الوطنية ببغداد ١٠١٨ لسنة / ١٩٨٢

الطبعة البرتغالية

احاديث السيد الرئيس صدام حسين
حول العراق والسياسة الدولية

اصدار : دار المأمون للترجمة والنشـــــر
وزارة الثقافة والاعلام
بغداد / ١٩٨٢